

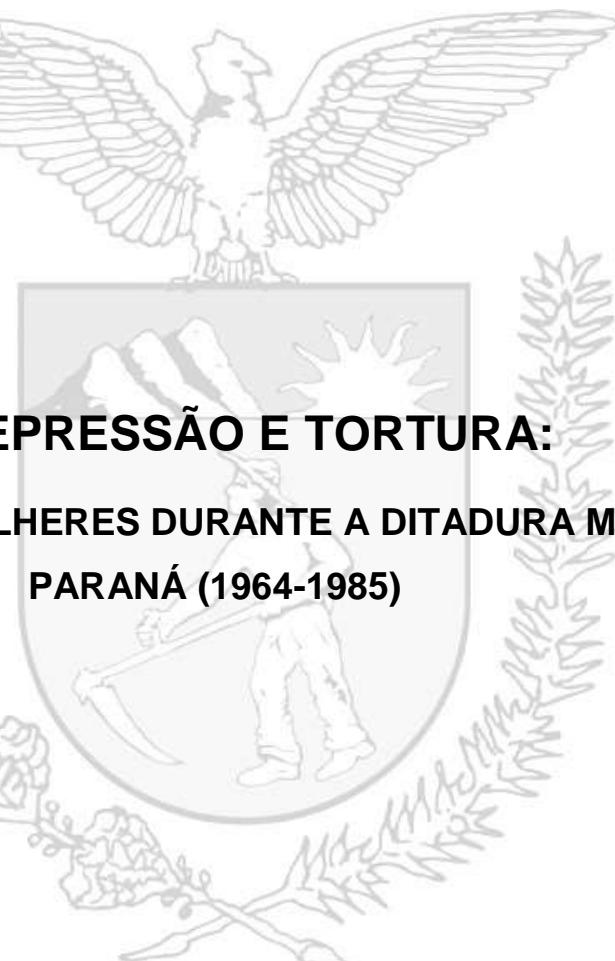


Universidade Estadual de Maringá
Mestrado Profissional em Ensino de História



MARCIO ROBERTO NOGUEIRA DINIZ

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO



**REPRESSÃO E TORTURA:
MEMÓRIAS DAS MULHERES DURANTE A DITADURA MILITAR NO
PARANÁ (1964-1985)**

MARINGÁ

2021

MARCIO ROBERTO NOGUEIRA DINIZ

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

REPRESSÃO E TORTURA:

**MEMÓRIAS DAS MULHERES DURANTE A DITADURA MILITAR
NO PARANÁ (1964-1985)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ensino de História do Departamento de História, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá (ProfHistória), como requisito para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Brunelo

MARINGÁ

2021

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

D585r

Diniz, Marcio Roberto Nogueira

Repressão e tortura : memórias das mulheres durante a Ditadura Militar no Paraná (1964-1985) / Marcio Roberto Nogueira Diniz. -- Maringá, PR, 2021.
71 f.: il. color., figs.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Brunelo.

Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (Rede Nacional - Polo PROFHISTÓRIA - UFRJ) - Mestrado Profissional, 2021.

1. Ditadura militar - Paraná. 2. Mulheres. 3. Tortura. 4. Ensino de história. I. Brunelo, Leandro, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (Rede Nacional - Polo PROFHISTÓRIA - UFRJ) - Mestrado Profissional. III. Título.

CDD 23.ed. 981.063

Márcia Regina Paiva de Brito - CRB-9/1267

AGRADECIMENTOS

Neste espaço, gostaria de agradecer algumas pessoas que colaboraram com meus estudos e tornaram possível a realização deste trabalho.

Apesar de todas as dificuldades existentes na Escola Pública, tenho a agradecer, primeiramente, todos os meus professores e professoras que tornaram esse sonho possível. Contribuíram e possibilitaram a concretização do Mestrado Profissional em Ensino de História na Universidade Estadual de Maringá.

Igualmente, agradeço ao meu orientador, o professor Leandro Brunelo, pela sua dedicação à profissão, humildade, suas indicações e sugestões, colaborando com o trabalho desde o início. Inclusive, não poderia deixar de agradecer também, as orientações iniciais do professor Angelo Priori, por quem levo um profundo respeito e apreço.

Gostaria de parabenizar o companheiro Antônio Narciso Pires de Oliveira, por sua história de luta, e também pelo brilhante trabalho à frente do grupo “Tortura Nunca Mais Paraná”. Além disso, agradeço imensamente pelas orientações acerca das fontes.

Não poderia esquecer as orientações da professora Carla Cristina Nacke Conradi, ao dispor seu tempo e conhecimento, indicando obras que facilitaram o desenvolvimento deste trabalho.

Aos professores do Departamento de História da UEM, em especial, os que ministraram no PROFHISTÓRIA, Márcia Elisa Teté Ramos, José Henrique Rollo e a professora Solange Ramos de Andrade, pelo conhecimento remetido e a amizade adquirida nesse período.

Agradeço a minha família que sempre apoiaram e motivaram meus estudos, especialmente o meu irmão Carlos, minha cunhada Zaíra e meus pais Gustavo e Zilda. Identicamente, à minha esposa Silmara Ferreira Gomes, que, com sua compreensão e serenidade, facilitou meus estudos.

Aos colegas de profissão do Colégio Estadual Walfredo Silveira Corrêa, que tornam o dia-a-dia de trabalho mais prazeroso. Do mesmo modo, à direção, por conceder livros através de empréstimos para progressão deste trabalho.

Não poderia esquecer os meus companheiros de luta da APP Sindicato, em especial ao professor Bruno Augusto Florentino, à professora Érica Camargo e a secretária Débora Regina, assim como, os demais companheiros que compõem à

direção do Núcleo Sindical de Arapongas, que apesar dos momentos difíceis, continuam na luta.

E com muita dor e saudades, não poderia esquecer do meu amigo e companheiro de luta Edimar Monteiro Costa. Que infelizmente a covid-19 o levou. Esse jovem professor de História, foi o responsável por convidar a minha pessoa, a realizar o teste seletivo para o mestrado.

Por fim, profundos agradecimentos à todos os meus amigos, pelo entusiasmo, cordialidade e confiança, compartilhando sempre grandes momentos.

DINIZ, Márcio Roberto N. **Repressão e tortura**: memórias das mulheres durante a Ditadura Militar no Paraná (1964-1985). 71 f. Dissertação (Mestrado). Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2020.

Resumo

A presente dissertação tem por objetivo analisar a militância das mulheres na Ditadura Militar no Paraná e, consequentemente, à repressão exercida sobre elas. Utilizando como fonte os vídeos do projeto “*Depoimentos para a História*”, realizado pelo DH-PAZ (Direito Humanos para a Paz) e da bibliografia correspondente ao período, propõe-se resgatar as memórias das mulheres e demonstrar a repressão e tortura utilizadas pela Ditadura Militar para repreender todas as pessoas consideradas subversivas e contrárias ao governo. Pretendemos debater também a possibilidade do uso das Novas tecnologias da Informação e Comunicação (NTICs) em sala de aula, alinhada com a pesquisa desenvolvida nesta dissertação, com a intencionalidade de facilitar a compreensão desse período histórico. Desse modo, procuramos elaborar um produto didático, nesse caso o site *Ditadura no Paraná* para servir como fonte de estudo, de pesquisa e ampliar a compreensão histórica sobre a Ditadura Militar, bem como a repressão sobre as mulheres no Paraná.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Paraná; Tortura; Mulheres; Ensino de História; Site.

DINIZ, Márcio Roberto N. **Repression and torture:** women's memory during the Military Dictatorship in Paraná (1964-1985). 71 f. Thesis (Master's degree). Professional Master in History Teaching (PROFHISTÓRIA). State University of Maringá, Maringá, 2020.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the militancy of women in the Military Dictatorship in Paraná and, consequently, the repression exerted on them. Using as source the videos of the project "Testimonies for History", carried out by DH-PAZ (Human Rights for Peace) and the bibliography corresponding to the period, it is proposed from there to rescue the memories of women and demonstrate the repression and torture used by the Military Dictatorship to rebuke all people considered subversive and against the government. We also intend to debate the possibility of using New Information and Communication Technologies (NTICs) in the classroom, in line with the research developed in this dissertation, with the intention of facilitating the understanding of this historical period. In this way, we seek to develop a didactic product, in this case the Dictatorship in Paraná site to serve as a source of study, research and to broaden the historical understanding of the Military Dictatorship, as well as the repression of women in Paraná.

Keywords: Military Dictatorship; Paraná; Torture; Women; History Teaching; Website.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI-5 – Ato Institucional nº 5

ALN – Ação Libertadora Nacional

ANPUH – Associação Nacional de História

AP – Ação Popular

BNM – Projeto Brasil Nunca Mais

CEV – Comissão Estadual da Verdade

CGT – Comando Geral dos Trabalhadores

CIA – Agência Central de Inteligência

CNV – Comissão Nacional da Verdade

CODI – Centro de Operações de Defesa Interna

DCE – Diretório Central dos Estudantes

DH PAZ – Direitos Humanos Para a Paz

DOI – Destacamento de Operações Internas

DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IML – Instituto Médico Legal

IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

IPM – Inquérito Policial Militar

JUC – Juventude Universitária Católica

JOC – Juventude Operária Católica

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro

NTICs -- Novas tecnologias da Informação e Comunicação

OBAN – Operação Bandeirantes

PC – Partido Comunista

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

POLOP – Organização Revolucionária Marxista Política

PROINFO - Programa Nacional de Informática na Educação

PROFHISTÓRIA – Mestrado Profissional em Ensino de História.

PUC – Pontifícia Universidade Católica

PUCPR – Pontifícia Universidade Católica do Paraná

SEED - Secretaria Estadual de Educação do Paraná

SNI – Serviço de Nacional de Informações

UEM – Universidade Estadual de Maringá

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFP – Universidade Federal do Paraná

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UEA – União Estudantil de Apucarana

UEL – Universidade Estadual de Londrina

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

UPE – União Paranaense de Estudantes

VAR-PALMARES - Vanguarda Armada Revolucionária Palmares

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Apresentação pedagógica do site.....	60
Figura 2: Apresentação do projeto.....	61
Figura 3: Apresentação do conteúdo.....	62
Figura 4: Depoimento das mulheres.....	63
Figura 5: Dica de filmes.....	63

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
Capítulo 01: REPRESSÃO, TORTURA E MEMÓRIAS DAS MULHERES DURANTE A DITADURA MILITAR NO PARANÁ.....	22
1.1 O início da Ditadura	22
1.2 O “endurecimento” do regime	26
1.3 A tortura.....	31
1.4 A militância feminina durante a Ditadura Militar no Paraná: sobre as memórias das mulheres	36
Capítulo 02: MULHERES: E A MEMÓRIA DA REPRESSÃO	39
2.1 Mulheres: uma questão de gênero.....	39
2.2 Dolorosas memórias: a prática da tortura pelo estado e a participação das mulheres contra a Ditadura Militar no Paraná	42
Capítulo 03: A CONSTRUÇÃO DO SABER HISTÓRICO EM SALA DE AULA ATRAVÉS DO USO DE NOVAS TECNOLOGIAS	56
3.1 O uso da tecnologia no ensino de História	56
3.2 O site <i>Ditadura no Paraná</i> como fonte de ensino e pesquisa	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
FONTES.....	68
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	69

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a repressão e a tortura praticadas nas mulheres e que ocorreram no Estado do Paraná durante a Ditadura Militar brasileira (1964-1985). Entretanto, as várias violações dos Direitos Humanos¹, como torturas e prisões que ocorreram nesse período, em especial sobre as mulheres, será objeto de análise dessa dissertação.

A temática em relação ao gênero² dando visibilidade às mulheres, é algo recente na historiografia brasileira e ao fazer esse recorte, traremos à tona a representação dessas mulheres, a fim de colaborarmos com os recentes estudos acerca do tema.

A Ditadura Militar e seu legado autoritário presente de forma sutil em instituições e legislações que mesmo após a Constituição Cidadã de 1988 ainda insiste em permanecer entre nós, ganhou mais ênfase no cenário político e social do Brasil. Esse passado recente político “mal resolvido” sempre volta à tona em um cenário polarizado e marcado muitas vezes pelo negacionismo³.

Nesse sentido problematizar as especificidades presentes nos acervos e memórias dedicados ao período da Ditadura Militar no Brasil tornou essencial para propor uma nova perspectiva de história política, que se insere nas múltiplas frações de temporalidade e duração assim como nas pluralidades de sujeitos históricos no caso dessa pesquisa as mulheres.

¹ No Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, em seu Artigo 7º, estabelece-se como Crimes contra a Humanidade: 1. Para os efeitos do presente Estatuto, entende-se por "crime contra a humanidade", qualquer um dos atos seguintes, quando cometido no quadro de um ataque, generalizado ou sistemático, contra qualquer população civil, havendo conhecimento desse ataque(...). Alínea e) **Por "tortura"** entende-se o ato por meio do qual uma dor ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais, são intencionalmente causados a uma pessoa que esteja sob a custódia ou o controle do acusado; este termo não compreende a dor ou os sofrimentos resultantes unicamente de sanções legais, inerentes a essas sanções ou por elas ocasionadas. **Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional** - Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4388.htm>. Acesso em 24 de maio de 2021.

² Para além dos estudos que envolvem às mulheres, existem outras temáticas em relação gênero. “Trata-se, ainda, de respeitar as diferenças sexuais e enxergar sujeitos históricos que têm sido apagados das narrativas históricas: gays, lésbicas, trans, intersexuais e bissexuais. Significa compreender que o “mundo privado” também é político e que, portanto, o direito à cidadania deve efetivamente ser de todas, todos e todes”. (VÁZQUEZ, Georgiane Garabely Heil. **Gênero não é ideologia: explicando os Estudos de Gênero.** (Artigo) In: Café História – história feita com cliques. Disponível em: <<https://www.cafehistoria.com.br/explicando-estudos-de-genero/>>. Publicado em: 27 nov. 2017. Acesso em: 12 de abril de 2021.

³ O negacionismo se autodenomina revisionismo, referindo-se isto a sua forma de apresentação pública: tentativas de "correção" e de denúncia da pretensa falsidade da historiografia e de outras narrativas sobre a Segunda Guerra Mundial e o Terceiro Reich escritas desde 1945. (MORAES, 2008).

Segundo René Rémond (2003) que propôs pensar uma nova história política não mais concebida a partir dos grandes personagens, fontes oficiais e limitações factuais, mas uma história política ligada as novas perspectivas do político e de disputas do poder situadas na cultura, na imprensa, na micropolítica, nos discursos e nos diversos sujeitos históricos.

A história política por décadas foi relegada a uma história menor, elitista ou centrada no factual e na superficialidade dos acontecimentos, pois, durante o século XIX, com a formação dos Estados Nacionais na Europa, a história política teve um papel importante de construção da identidade nacional, sendo que toda nação tinha que possuir um passado que unificasse o povo e fortalecessem suas raízes enquanto nação.

A história passa a constituir-se enquanto disciplina e buscava também em relação as outras ciências construir um método que a qualifica-se enquanto ciência, o alemão Leopoldo Von Ranke, principal expoente, propõe uma história oficial, portanto valorizando sobretudo os documentos oficiais escritos como fontes confiáveis. A história política de curta duração que privilegiava o factual e os grandes personagens prevaleceu sobretudo no século XIX, tendo grande repercussão na França.

No século XX, com o surgimento da Escola dos Annales, houve uma revisão dos métodos e buscou-se a separação da história factual e a valorização de uma história problema, nos quais a interdisciplinaridade e a multiplicidade das fontes passou a ser extremamente importante⁴.

Dessa maneira a história social que possibilitava uma abordagem de longa duração valorizando aspectos da economia, da cultura e das diferentes classes sociais⁵. O fato não deixa de ser importante, mas é no processo histórico que as transformações e rupturas se apresentam.

⁴ A batalha empreendida pelos Annales, por uma história dialética entre o passado e presente, ocorre em duas frentes: de um lado, contra os eruditos confinados à restituição do passado, sem qualquer preocupação com os problemas atuais e de outro, contra os economistas e sociólogos, quando eles têm tendência a ocultar a densidade temporal dos objetos estudados. A especificidade do tempo do historiador é justamente, manter-se nessa tensão entre um sentimento de continuidade do presente diante do passado e o sentimento de um fosso que aumenta e que institui uma descontinuidade entre duas dimensões. (DOSSE, 2004, p. 73-74).

⁵ Os autores, dedicados ao estudo de temas da história contemporânea e aglutinados em torno da *Fondation Nationale des Sciences Politiques* e da Universidade de Paris X-Nanterre, em sua maioria ingressaram na vida acadêmica francesa na década de 1950, no auge da hegemonia do modelo de história proposto pela chamada *école des Annales*. Foi a partir desse background - ou seja, de uma situação de predomínio de uma história econômico-social, voltada para a longa duração e para as

Nas sociedades atuais cada vez torna-se mais difícil definir a fronteira do político que se mostra muito além dos partidos e do poder do Estado, longe de querer desconsiderar conceitos e definições que historiadores, filósofos e sociólogos construíram a respeito das fronteiras do político.

Os meios de comunicação, como dissemos, não são políticos, mas podem se tornar objeto ou veículo da política: em que condições? Longe de nós a presunção de renovar um debate tão velho quanto o pensamento político e resolver definitivamente uma questão que há séculos perturba filósofos, juristas, sociólogos e subsidiariamente historiadores. Lembremos apenas alguns dados elementares, que possam servir de critérios operatórios para o discernimento dos objetos. Se o político é uma construção abstrata, assim como o económico ou o social, é também a coisa mais concreta com que todos se deparam na vida, algo que interfere na sua atividade profissional ou se imiscui na sua vida privada. (RÉMOND, 2003, p.442)

Segundo Rémond (2003), o deslocamento do político⁶ para outras esferas da vida e a evidência de novos atores políticos e sociais trouxe novas possibilidades de se fazer uma história política dialogando principalmente a partir de uma História do Tempo Presente ou porque não ao retorno da biografia, mas dentro de uma nova perspectiva e enfoque problemático. O político não está condicionado por outros fatores sociais como a cultura, a economia, os costumes, todos inseridos nesses fatores, pois a política existe e coexiste por si só.

Estudar a história do político é estar convencido de que o político existe por si mesmo, professar que ele tem uma consistência própria e uma, autonomia suficiente para ser uma realidade distinta. /o historiador nem por isso crê que o político mantenha (todo o resto sob sua dependência. Seria ingênuo acreditar que o político escapa das determinações externas, das pressões. (RÉMOND, 2003, p. 445).

Pensar que o político existe por si mesmo não deve tornar o historiador indiferente às transformações sociais, econômicas e culturais, pois a política está inserida e conectada a essas mudanças. Portanto, pensar o político exige dos historiadores um olhar atento às problemáticas que envolvem a construção do conhecimento histórico para que possa sempre dialogar com as diferentes perspectivas.

grandes massas, apoiada em séries quantitativas - que esses pesquisadores fizeram sua escolha: dedicar-se à história política, então vista como à síntese de todos os males o caminho que todo bom historiador deveria evitar. (RÉMOND, 2003, p.5).

⁶ Outra coisa atuou no mesmo sentido para reintegrar os fatos políticos ao campo de observação da história: a ampliação do domínio da ação política com o aumento das atribuições do Estado. As fronteiras que delimitam o campo do político não são eternas: seu traçado conheceu muitas variações ao longo da história. Em nosso século, a evolução se fez no sentido da extensão: pode-se dizer que também o universo político está em expansão. (RÉMOND, 2003, p. 23).

As memórias das mulheres sobre a Ditadura Militar deslocam o debate político para problemática e especificidades de gênero e para além dos recortes geográficos comuns do eixo Rio-São Paulo mostrando as duras narrativas da repressão política em terras paranaenses.

O interesse em estudar esse período iniciou-se na graduação, sendo que o foco da pesquisa foi a conotação sexual da tortura nas mulheres, durante a Ditadura Militar brasileira. O objetivo foi identificar os aspectos que demonstraram o diferencial das práticas de tortura, em relação às mulheres, em especial as torturas de cunho sexual.

Ao trabalhar essa temática ainda na graduação, o principal obstáculo ficou por conta das fontes, a saber, o *Projeto Brasil: nunca mais* e a bibliografia relacionada ao tema. As mesmas apresentaram inúmeras possibilidades de trabalho, ao mesmo tempo, foi necessário estar atento aos aspectos sutis e singulares das fontes, nesse caso, em relação às mulheres.

Ao analisar as torturas de conotação sexual foi possível enfatizar a questão de gênero e suas especificidades nas práticas de tortura durante o Ditadura Militar. Identificamos, também, alguns aspectos do cotidiano das mulheres que participaram das organizações de esquerda e da luta armada em geral.

Percebemos que essas mulheres fizeram uma opção além do movimento feminista e se inseriram na luta política contra a Ditadura Militar, e que, durante sua militância, não lutavam por conquistas femininas, mas sim para resolver os problemas e as injustiças sociais presentes no país. Essas mulheres, por sua vez, foram insurgentes ao romperam com os valores estabelecidos na época e foram protagonistas da sua inserção na vida pública.

Sobre a tortura, notamos que seu uso pela Ditadura Militar foi constante e sem limites. Analisando alguns depoimentos das vítimas de tortura, foi possível compreender a utilização e o empenho do uso da força para garantir a manutenção do poder pelos militares.

Sobre a conotação sexual existente nas torturas realizadas com as mulheres, concluímos que realmente existiu e que a nudez feminina utilizada pelos torturadores era algo a mais do que, simplesmente, provocar uma desmoralização do inimigo. Desmistificar e tentar compreender o motivo que levavam os torturadores a praticar abusos sexuais com as mulheres foi, de certa forma, complexo, mas podemos estabelecer vários aspectos que colaboraram para que essas práticas ocorressem.

Primeiramente, deve-se lembrar que a maioria dos torturadores era do sexo masculino e possuíam uma visão degradante sobre a mulher militante, estendendo o machismo já existente na sociedade patriarcal brasileira. Através das memórias das militantes, notamos que os agentes da repressão as tiravam de sua condição de mulher-sujeito e as adjetivavam, em várias situações como “putas comunistas”, “vadias”, dentre outros nomes pejorativos (CUNHA, 1998).

Os estereótipos estabelecidos para a mulher militante são frutos de uma construção histórica. Na visão dos militares, as mulheres militantes estavam “fora do lugar” tradicionalmente estabelecido. As mulheres militantes desvincularam-se dos “estereótipos tradicionais femininos” (CONRADI, 2015, p.189), ao se posicionarem como sujeito político na luta contra a Ditadura Militar.

Para compreender esse preconceito em relação às mulheres militantes, é necessário resgatar o papel social do corpo feminino na história do Brasil, que diversas vezes foi desrespeitado por conta do patriarcado e do machismo:

A mulher na história do Brasil tem surgido recorrentemente sob a luz de estereótipos, dando-nos enfadada ilusão de imobilidade. Auto sacrificada, submissa sexual e materialmente e reclusa com rigor, à imagem da mulher de elite opõem-se a promiscuidade e a lascívia da mulher de classe subalterna, pivô da miscigenação e das relações inter-étnicas que justificaram por tanto a falsa cordialidade entre colonizadores e colonizados. (DEL PRIORE, 1994, p.11).

Mary Del Priore (1994), ao analisar a mulher na história do Brasil, destaca que os corpos femininos em diferentes contextos históricos, foram regulados pelas práticas culturais estabelecidas, prevalecendo, na maioria das vezes, o poder do patriarcado.

Essa visão dos militares sobre as mulheres prisioneiras e o poder sobre elas foi primordial para que tais abusos como: estupros, gracejos envolvendo sua nudez perante várias pessoas e as realizações de diversos tipos de sevícias ocorressem.

Toda a pesquisa desenvolvida durante a graduação, dada a singularidade da mesma, possibilitou em minha formação um olhar mais sutil em relação aos aspectos direcionados aos temas de gênero como, também, possibilidades de aplicar todo o conhecimento produzido em sala de aula, como professor do ensino de história.

Terminada a graduação e atuando como professor da Secretaria Estadual de Educação do Paraná (SEED), por dez anos, é possível perceber as várias dificuldades, enfrentadas pelos alunos, em absorver o conhecimento histórico e de

compreenderem os debates em relação ao gênero, ao racismo, a violência e os demais temas presentes em seu cotidiano.

Os estudantes, em sua maioria, apresentam muita dificuldade em perceber as mudanças e as permanências da periodização histórica, assim como problematizar fatos relacionados ao passado recente, como, por exemplo, a Ditadura Militar no Brasil.

O ensino de História sofreu mudanças após o golpe civil-militar de 1964 e passou a sofrer as influências pedagógicas de uma educação tecnicista⁷. Contudo, as concepções em relação ao ensino de História, a partir da década de 80, passaram por debates que surtiram mudanças no currículo escolar. Com o aumento das discussões em torno da democratização política e educacional, as críticas em relação à disciplina de Estudos Sociais aumentaram e o debate pela volta do ensino de História ganhou força na sociedade. A Associação Nacional de História (ANPUH) protagonizou esses debates, levando o meio acadêmico e demais setores educacionais do país, a refletirem acerca de novas propostas curriculares (PARANÁ, 2008).

Segundo Maria Auxiliadora Schmidt e Marlene Cainelli (2004), o ensino de História, no decorrer da década de 1980, passou por muitos estudos e debates nas universidades e foi objeto de pesquisas que resultaram em dissertações e livros sobre essa temática. Todos esses debates buscaram a autonomia da disciplina de História, objetivando romper com a disciplina de Estudos Sociais, que estava atrelada aos interesses ideológicos da ditadura militar⁸.

Segundo Schmidt e Cainelli (2004), o ensino de História passou por uma renovação e modificação curricular:

(...) O grande marco dessas reformulações concentrou-se na perspectiva de recolocar professores e alunos como sujeitos da história e da produção do conhecimento histórico, enfrentando a forma tradicional de ensino trabalhada na maioria das escolas brasileiras, a qual era centrada na figura do professor como transmissor e na do aluno como receptor passivo do conhecimento histórico. (SCHMIDT; CAINELLI 2004, p.12).

⁷ Sabemos que as diretrizes tecnicistas e as práticas pedagógicas funcionalistas, além de ajudarem a esvaziar o caráter formador da escola brasileira, ofereciam argumentos que apontavam como moderno o que na prática era retrocesso em termos de sistema de ensino. Na prática, tratava-se de uma escola que estimulava a memorização e a especialização em questões de cruzinhas, a fidelidade ao livro didático e consagrava a palavra inquestionável do professor. (GASPAROTO; PADRÓS, 2010, p.11).

⁸ Com a Lei n.5.692/71 foi oficializado o ensino de Estudos Sociais nas escolas brasileiras, ficando os conteúdos específicos da História destinados somente aos alunos do antigo segundo grau. A concepção e os conteúdos da História continuavam atrelados às concepções tradicionais (SCHMIDT; CAINELLI, 2004, p.11).

Percebemos que essas mudanças estimularam os professores e os alunos a se perceberem, juntamente com os demais sujeitos que compõem o tecido social, que todas as pessoas são resultantes de um processo histórico assinalado por rupturas e continuidades.

Na década de 1990, várias reformas educacionais ocorreram no currículo do ensino no Brasil. Em 1996, o Ministério da Educação divulgou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)⁹. Nos anos seguintes tivemos a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)¹⁰, “servindo como referência de conteúdos e metodologias de ensino numa tentativa de diminuir as diferenças encontradas no ensino brasileiro”. (SCHMIDT; CAINELLI, 2004, p.14).

Consequentemente, nos anos seguintes, com a criação dos PCNs, houve avanços no que se refere às abordagens teóricas e metodológicas, pois a proposta fundamental foi a superação do ensino de história tradicional e cronológico por eixos temáticos, o uso de diversas fontes como metodologia e uma participação direta do aluno na construção do conhecimento histórico (SCHMIDT; CAINELLI, 2004).

Além da disputa no currículo da disciplina de História, as indagações que envolvem a construção da memória sobre o passado recente da história do Brasil, são marcadas, a cada dia, com o avanço do conservadorismo, como aborda Juliana Pirola Balestra (2016):

No Brasil, a data que lembrou o cinquentenário do golpe, o dia 31 de março de 2014, foi marcada por ambiguidades. Enquanto organizações populares, ex-presos políticos, familiares de militantes mortos e desaparecidos e diversas universidades e centros de ensino fizeram uma série de atos públicos de “(des)comemoração” para discutir a violação dos direitos humanos durante a última ditadura, diversos civis e alguns militares aposentados se reuniram na principal Avenida de São Paulo, a Avenida Paulista, para festejar os 50 anos da chamada “Revolução Redentora”. Os manifestantes cantaram “Parabéns” em torno de bolas de aniversário, disseram que o Brasil vive o comunismo. Aos que viessem, respondiam: “Vai pra Cuba” (BALESTRA, 2016, p. 250).

Diante da crescente negação e banalização dos acontecimentos ocorridos durante a Ditadura Militar, torna-se, essencial à defesa e à manutenção dos Direitos Humanos e da democracia, dado por mim, a principal motivação na construção dessa dissertação.

⁹ Lei Federal n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 26 de ago. 2020.

¹⁰ Na área de história, os PCNs, tiveram como proposta fundamental a modificação da estrutura dos conteúdos apresentados. A principal justificativa para a mudança apresentada pelos autores dos PCNs, era a tentativa de superar o ensino de História baseado na cronologia (SCHMIDT, 2004).

Recentemente, o Brasil enfrenta o avanço da extrema direita, pautada principalmente no negacionismo. Em 2016, o atual presidente Jair Messias Bolsonaro, durante a votação para o impeachment da presidente Dilma Rousseff, dedicou seu voto à memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. Tal afronta, se dá pelo fato de Ustra ter sido o alvo de Dilma durante as sessões de tortura.

Em 2019, em seu primeiro ano de mandato, Bolsonaro orientou as forças armadas a comemorarem a data do golpe, o 31 de março de 1964¹¹. A atitude do presidente causou desconforto na sociedade civil, já que tal data, não está no calendário civil.

Curiosamente, além da atitude ofensiva de Bolsonaro, vale ressaltar alguns jovens que não vivenciaram a Ditadura Militar, participaram de movimentos pró-ditadura, comemorando a “Revolução de 1964” (BALESTRA, 2016).

Entretanto, diante de situações em que parte da juventude vai às ruas contra à democracia é preocupante. Diante de tais circunstâncias, o ensino de história e a construção de uma consciência histórica¹² se torna essencial para combater o esquecimento das atrocidades cometidas durante a Ditadura Militar.

O objetivo desse estudo é analisar a participação feminina durante a Ditadura Militar no Paraná. Desse modo, elaboraremos um material didático sobre o tema, possibilitando auxiliar o professor em sala de aula e, consequentemente, facilitar a compreensão do conhecimento histórico por parte do aluno.

Devido a grande quantidade de documentos e bibliografias existentes e disponíveis sobre essa temática, selecionamos os relatos e os documentos referentes à participação das mulheres nesse período como, também, às torturas praticadas contra elas pelo aparato repressor do regime. Com efeito, esperava-se que o aluno compreenda o processo histórico desse período, assim como a importância da manutenção dos Direitos Humanos.

A historiadora Flávia Eloisa Caimi (2008) reforça que é imprescindível para o trabalho do professor em sala de aula, a utilização de fontes históricas, mostrando aos alunos que tais documentos contêm saberes e significados, sendo possível

¹¹ Revista Veja São Paulo. Página da internet. Disponível em: <<https://vejasp.abril.com.br/cidades/bolsonaro-golpe-aniversario/>>. Acesso em: 20 de abril de 2021.

¹² Consciência histórica é uma categoria geral que, não apenas possui relação com o aprendizado e o ensino de história, mas cobre todas as formas de pensamento histórico. Por meio dela, experencia-se o passado e identifica-se a sua relação orgânica com o presente e futuro. Assim, sua análise cobre os estudos históricos, bem como o uso e a função da história na vida pública e privada (RÜSEN, 2006).

aprender história, problematizá-la e participar da construção do conhecimento histórico.

Levar esses depoimentos para o ambiente escolar, com certo cuidado em suas abordagens e manipulações, é necessário para que os educandos percebam as faces da Ditadura Militar no Brasil. A garantia do estado democrático e da preservação e manutenção dos Direitos Humanos dependem da aprendizagem dos sujeitos que a compõem.

O historiador Marcelo de Souza Magalhães (2003), em seu texto *História e Cidadania: por que ensinar história hoje?*, realiza uma reflexão sobre a história do ensino de história, trabalhando com o conceito de cidadania presente nos currículos escolares, ressaltando que a escola é um local de aprendizagem, de promoção da igualdade e da democracia.

Com efeito, a função social da história está diretamente relacionada com a formação do sujeito, da emancipação do ser humano, pois através do aprendizado histórico, o olhar sobre o outro se torna mais tolerante, a empatia histórica se faz presente e tudo que fere a dignidade humana passa a ser questionado e combatido.

Segundo o historiador Jörn Rüsen (2006), a disciplina da história não pode ser mais considerada uma atividade divorciada das necessidades da vida prática, pois cabe aos historiadores despertar nos sujeitos, a consciência história que proporciona segurança e perspectiva de mudança social a esses sujeitos.

Quando se aborda períodos de exceção como a Ditadura Militar, a temática mais embaralhosa é a repressão aos opositores do regime. Mesmo com amplas pesquisas sobre o assunto e as Comissões da Verdade¹³ que foram instaladas em nível federal, estadual e municipal direcionadas ao tema, muitos silêncios, lacunas permanecerão e as feridas continuarão abertas. Mas são importantes que novas

¹³ A sanção da Lei n. 12.528/2011 e a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), remete-se ao exame e ao esclarecimento das graves violações de direitos humanos praticadas no período de 1946 e 1988, com a finalidade de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional. Os trabalhos da CNV procuraram responder às reivindicações de perseguidos políticos, presos durante a ditadura, que se arriscaram denunciando a tortura sofrida nas dependências militares. Alinharam-se aos esforços dos familiares na incessante busca de informação a respeito das circunstâncias da morte e do desaparecimento de seus entes queridos. Dialogaram com instâncias estatais que reconheceram a responsabilidade do Estado brasileiro por graves violações de direitos humanos. Em seu mandato, a CNV ampliou a agenda por memória, verdade e justiça no interior da sociedade, buscando alcançar, especialmente, os oitenta por cento da população que nasceram depois do golpe militar. A CNV tem convicção de que seu legado será analisado, compreendido e utilizado para além do encerramento de seu trabalho. (CNV, 2014, p. 22 - 23.) Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/>>. Acesso em: 27 jul. 2020.

abordagens desse período venham à tona, possibilitando, assim, a construção de uma memória das mulheres e a sua representatividade na luta política.

Trazer à tona as memórias das mulheres sobre esse período de estado de exceção, é dar voz às lembranças que, muitas vezes, foram silenciadas e esquecidas pela historiografia. Dessa forma, o presente trabalho buscará identificar essas mulheres e demonstrar a sua participação durante esse momento autoritário. Nesse sentido, “cabe aos historiadores, perceber que a memória constitui em um processo social e ativo, sendo a função social da memória servir como identidade coletiva” (NEVES, 2000, p. 110).

Utilizaremos como fonte principal, os depoimentos da entidade Sociedade Direitos Humanos para a Paz (DHPaz), que faz parte do “Projeto Marcas da Memória”, da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça de 2008¹⁴.

O nosso primeiro acesso ao projeto se deu através do livro *Depoimentos para a História – a resistência à ditadura militar no Paraná*, organizado por três autores, Antônio Narciso Pires de Oliveira, Sílvia Calciolari, e o historiador Fábio Bacila Sahd.

Após ter acesso ao livro, entramos em contato com Antônio Narciso Pires de Oliveira, militante político, coordenador geral do Projeto e presidente do Grupo Tortura Nunca Mais no Paraná. Narciso Pires foi muito prestativo, explicando sua militância e como foi realizado o “Projeto Marcas da Memória,” entusiasmando ainda mais o interesse sobre a temática.

O livro traz um resumo dos cento e cinquenta e três depoimentos, sendo vinte e sete de mulheres e cento e vinte seis de homens. O acesso aos depoimentos em vídeo será pela plataforma youtube no canal DHPAZ. Além dos resumos dos depoimentos, o livro traz um breve histórico da Ditadura Militar no Brasil e uma apresentação das organizações contrárias ao regime e sua atuação no Paraná.

Considerando a problemática da abordagem sobre o período, sejam com as memórias e as bibliografias existentes, espera-se identificar de forma minuciosa as várias violações aos Direitos Humanos exercidos sobre as mulheres no Estado do Paraná. Trazer à tona eventos dessa natureza é necessário, pois as gerações

¹⁴ Criada em 2001, “por meio de medida provisória, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça passou a integrar em definitivo a estrutura do Estado brasileiro no ano de 2002, com a aprovação de Lei n. 10.559, tendo por objetivo a reparação moral e econômica às vítimas de atos de exceção, arbítrio e violações aos direitos humanos praticados entre 1946 e 1988. O “Projeto Marcas da Memória”, da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça de 2008, surge nesse contexto”. (OLIVEIRA; CALCIOLARI; SAHD, 2014, p. 19).

futuras precisam saber da importância de se preservar a democracia e os direitos em sua totalidade.

A presente dissertação divide-se em três partes: no primeiro capítulo analisaremos o início da Ditadura Militar no Paraná, como se consolidou o aparato repressor no Estado, a repressão e a tortura.

No segundo capítulo, faremos um breve histórico da historiografia em relação aos estudos de gênero. Abordaremos algumas reflexões de autoras como: Margaret Rago e Joan Scott e algumas obras que abordam a memória da militância feminina durante a Ditadura Militar no Brasil e no Paraná.

Analizando a historiografia, no que se remete a participação feminina na Ditadura Militar no Paraná, são poucas as obras que realizaram esse recorte em relação ao gênero. A historiadora Maria de Fátima da Cunha, em *A face feminina da militância clandestina de esquerda – Brasil 1960/1970*, embora não trate somente da militância no Estado do Paraná, entrevistou quatro mulheres, sendo duas que militaram no Paraná, a saber: Tereza Urban e Elza Correia.

Ressaltamos os trabalhos mais recentes como os da historiadora Carla Cristina Nacke Conradi, que em sua tese de doutorado *Memórias do sótão: vozes de mulheres na militância política contra a ditadura no Paraná (1964-1985)*, retrata a militância de treze mulheres que participaram da resistência à Ditadura Militar no Paraná. Outra obra que trata das histórias das mulheres paranaenses nesse período é *Sem liberdade eu não vivo: mulheres que não se calaram na ditadura*, das jornalistas Laura Beal Bordin e Suelen Lorianny.

Daremos ênfase aos depoimentos das mulheres que participaram da militância e da resistência, tomando como base os principais acontecimentos em que elas estiveram presentes e identificar alguns aspectos do cotidiano dessas pessoas.

Através das memórias dessas mulheres, faremos uma análise comparativa, observando a recorrência das semelhanças e as diferenças em seus depoimentos, e suas relações com os acontecimentos do período, a fim de demonstrar a supressão dos direitos humanos no Estado do Paraná.

Desse modo, objetivamos destacar os diversos tipos de tortura utilizados pelos militares sobre as mulheres militantes, a fim de ressaltar toda a violência do Estado praticada contra às mulheres.

Por fim, no terceiro e último capítulo, apresentaremos o produto didático, nesse caso, o site *Ditadura no Paraná*¹⁵ que foi desenvolvido com a finalidade de promover acesso dos estudantes e dos professores sobre esta pesquisa. O objetivo do produto didático é servir como fonte de estudo, de pesquisa e ampliar a compreensão histórica sobre a Ditadura Militar, bem como a repressão sobre as mulheres no Paraná.

Para a publicização do site destacado acima, utilizamos como estratégia pedagógica a realização de uma apresentação virtual, com professores da escola em que leciono, o Colégio Estadual Walfredo Silveira Correa, a fim de apresentar os resultados da pesquisa e do trabalho desenvolvido no Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Estadual de Maringá (PROFHISTÓRIA – UEM). A palestra também propiciou a discussão desse tema com os professores da escola, e a apresentação do site enquanto uma fonte de pesquisa e de estudo sobre a Ditadura Militar no Paraná.

¹⁵ Site Ditadura no Paraná. Disponível em: <<https://www.ditaduranoparana.com.br>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

Capítulo 01: REPRESSÃO, TORTURA E MEMÓRIAS DAS MULHERES DURANTE A DITADURA MILITAR NO PARANÁ.

1.1. O início da Ditadura

Em abril de 1964 se instaura no Brasil a Ditadura Militar, após a derrubada do presidente João Goulart pelos militares. Ditadura essa que se caracterizou pela censura, perseguição, prisão e tortura das pessoas consideradas subversivas e contrárias ao regime. Começava o processo de “caça às bruxas” (REIS, 2005).

O golpe civil-militar de 1964 é um marcante evento na história do Brasil, e para melhor compreendermos esse período, faz-se necessário abordar alguns desdobramentos de sua deflagração.

Após a renúncia do presidente Jânio Quadros, e com a entrada de seu vice Jango, o Brasil viveu um tenso período político.

As organizações sociais e os grupos sindicais ganharam força, por conta das “reformas de base” prometidas por Jango, como era chamado popularmente. Havia expectativa na realização das reformas agrária, urbana, eleitoral, universitária, entre outras (REIS, 2005).

Mesmo com a inflação em alta, as centrais sindicais conseguiram um considerável aumento no salário dos trabalhadores, enquanto no campo, foram criadas várias “Ligas Camponesas” fazendo crescer a luta por melhores condições no meio rural, e visando à implantação da Reforma Agrária (TOLEDO, 1982).

A luta política envolveu vários setores da sociedade brasileira, não se figurando apenas nas esferas do setor político-institucional. Atingindo trabalhadores urbanos e rurais, soldados e o movimento estudantil.

No início da década de 1960, os movimentos sindicais estavam bem articulados e atuantes. A constante atuação dos sindicatos na política, fez com que inúmeros se unificassem, formando assim várias organizações. Dentre as organizações que surgiram, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) foi o que mais se destacou¹⁶.

¹⁶ No triênio 61/63, o CGT e outros organismos de alianças intersindicais tiveram uma intensa atuação política. Diversos acontecimentos e circunstâncias políticas levaram o CGT e estes órgãos a decretarem (ou ameaçarem) greves políticas. Algumas das razões dessas decisões foram: defesa da posse de Goulart em agosto de 1961, pressão para convocação do Plebiscito, defesa da Revolução Cubana, ameaçada pelos EUA por ocasião da “crise dos mísseis”, pressão sobre o Congresso para a aprovação das Reformas de Base, apoio aos sargentos, negação do Estado de Sítio, etc. Para afronta dos setores de direita, os líderes do CGT eram frequentemente reconhecidos como

O CGT, portanto, apoiava a maioria das iniciativas políticas do governo Jango, atuando mais precisamente como um órgão político, diferenciando dos demais sindicatos.

Não somente nas camadas urbanas, mas também o trabalhador rural, que no final da década de 1950, começam a se reunir. Alguns camponeses se mobilizavam sem a influência de sindicatos, partidos políticos e outros. Diante dessa realidade, diferentes grupos políticos se aproximaram.

Os trabalhadores rurais ganharam força com o surgimento das Ligas Camponesas. Essas Ligas eram formadas por pequenos agricultores e pelos que não obtinham propriedade. Lutavam contra a dominação política e econômica, que os grandes latifundiários exerciam. Neste contexto várias lideranças camponesas foram assassinadas, outros sofreram algum tipo de violência, sempre a mando dos latifundiários.

A elite e os demais setores conservadores também se mobilizaram, na medida em que a esquerda crescia. Segundo Reis (2005), as classes conservadoras temiam uma redistribuição de riqueza e poder, e a possibilidade de perca dos privilégios, aliados ao medo do comunismo, devido ao contexto internacional da guerra fria.

No final da década de 1950 foi criado, com o propósito de defender a democracia, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), que em 1962 se uniu ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES).

Segundo Caio Navarro de Toledo (1982), o objetivo dessa união era concentrar o poder nas mãos da classe dominante, e conter a mobilização da esquerda:

(...) Tal objetivo era buscado, pois se afirmava que a "direção do país não podia mais ser deixada somente nas mãos dos políticos". Com essa proposição, os empresários pretendiam dizer, pelo menos duas coisas: a) o país não deveria ser dirigido por políticos de "esquerda"; b) diante do crescente debilitamento político e ideológico dos partidos conservadores e de direita, não deviam as classes dominantes confiar apenas nos mecanismos tradicionais de representação junto ao Estado burguês. (TOLEDO, 1982, p. 84)

Aproveitando-se dos trabalhadores, estudantes, religiosos, com posicionamentos políticos diferentes, o IPES/IBAD financiava e apoiava as facções de direita dentro da Igreja Católica, dividia o movimento estudantil, e apoiava

interlocutores do presidente da República e de importantes lideranças políticas do país. Daí a fama que passaram a ter de "Quarto Poder" da República. (TOLEDO, 1982, p. 74)

associações sindicais com interesses patronais, para conter as de origem esquerdistas.

Esse grupo formado por grandes empresários crescia em contraposição ao aumento das mobilizações populares. Em 1963 o grupo obteve a marca de 500 empresários filiados, sendo que 70% estavam ligados à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), tal número se deve também à crise econômica na qual o país se encontrava.

Os recursos financeiros para o IPES/IBAD não vinham somente de empresários brasileiros, mas de grandes empresas internacionais e da Agência Central de Inteligência (CIA) dos EUA (TOLEDO, 1982).

A elite conservadora estava preocupada, devido ao crescimento dos sindicatos, dos movimentos estudantis, com a agitação no campo em prol da Reforma Agrária. Enfim a direita via que era hora de agir, principalmente depois do grande comício de 13 de março, onde o presidente Jango conseguiu reunir mais de 200 mil pessoas na estação Central do Brasil, e em seu discurso deixou bem claro sua intenção de realizar as reformas de base no país¹⁷.

Ele propôs o início das “reformas de base,” como a nacionalização de todas as refinarias de petróleo particulares e também a desapropriação de terras improdutivas para fins da reforma agrária.

A classe média e os demais setores conservadores realizaram em 19 de março, a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade,” acusavam Jango de ser cúmplice do comunismo internacional, fazendo com que as tensões em torno do governo aumentassem (REIS, 2005).

De acordo com Fico (2014), algumas pessoas costumam caracterizar a Ditadura Militar, como “ditabrand”¹⁸, alegando que não houve violência no golpe. “O golpe foi violento e contou com o apoio de parte da sociedade”. (FICO, 2014, p.50).

¹⁷ “Nações capitalistas, nações socialistas, nações do Ocidente, ou do Oriente, chegaram à conclusão de que não é possível progredir e conviver com o latifúndio. A reforma agrária não é capricho de um governo ou programa de um partido. É produto da inadiável necessidade de todos os povos do mundo. Aqui no Brasil, constitui a legenda mais viva da reivindicação do nosso povo, sobretudo daqueles que lutaram no campo. A reforma agrária é também uma imposição progressista do mercado interno, que necessita aumentar a sua produção para sobreviver”. Parte do discurso de Jango na Central do Brasil, disponível em: <<https://memoria.ebc.com.br/cidadania/2014/03/discurso-de-jango-na-central-do-brasil-em-1964>>. Acesso em: 23 de maio de 2021.

¹⁸ O termo “ditabrand” quando utilizado, se remete ao viés de que a Ditadura Militar no Brasil, não foi violenta, e que não houve torturas e demais abusos de autoridade. Como foi o caso do editorial do Jornal Folha de São Paulo. **Limites a Chávez**. Editorial do Jornal Folha de São Paulo. Disponível em:

No dia 31 de março de 1964, as tropas militares saíram às ruas e derrubaram o presidente Jango. A fim de evitar uma possível guerra civil, Jango deixa o país.

Com a implantação do golpe e consequentemente a repressão, à esquerda no Brasil, muda seu foco de luta, pois o inimigo a enfrentar passa a ser um regime autoritário:

A motivação da esquerda no Brasil nos anos 60 era a transformação da sociedade pela instauração da justiça social. Com o golpe militar, a motivação ganha outro componente: o confronto com o jogo de força do autoritarismo, sem perder, entretanto, sua inspiração original. Portanto, as táticas de implementação desse projeto se modificam nos primeiros momentos da ditadura. (FERREIRA, 1996, p. 58).

Após o golpe civil-militar de 1964, vários atos institucionais serão criados, centralizando cada vez mais o poder em torno do regime. Com a implantação do AI-5 em 1968, o regime aumentará o controle, sob todos os atos considerados subversivos.

Vários atos institucionais foram criados e, conforme, Maria Helena Moreira Alves (1985), o Ato Institucional nº1 surpreendeu vários setores que haviam apoiado a intervenção dos militares, pois acreditavam que o desfecho seria o mesmo das intervenções anteriores e que em breve a democracia estaria restaurada.

Várias violações dos Direitos Humanos se concretizaram nesse contexto e os movimentos sindical e estudantil foram duramente atingidos. Após o golpe civil-militar, ocorreu um verdadeiro expurgo nas universidades, perseguições, censuras, prisões e mortes.

Sucessivas medidas autoritárias começaram a ocorrer, como o caso da Universidade Federal da Bahia (UFBA), invadida pela polícia militar que prendeu 55 estudantes e 1 professor. Outro caso de violência “foi registrado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde o estudante Antônio Carlos Silveira foi ferido à bala, levando-o a óbito”. (BRASIL, 2014, p. 268-269).

A Ditadura Militar passou a aumentar constantemente a vigilância sobre as pessoas consideradas subversivas e contrárias à ditadura, como forma de manter o poder do Estado:

Configurado o golpe e nomeado o “Comando Supremo da Revolução”, este tratou de efetuar punições e cassações com a chancela do Ato Institucional (que ficaria conhecido como AI-1) que passou a vigorar em 9 de abril. As instituições universitárias se tornariam, juntamente com sindicatos, alvos da ação repressiva dos governos militares, considerados locais privilegiados

para a difusão de doutrinas revolucionárias e de recrutamento para as organizações de esquerda. (BRASIL, 2014, p. 269).

Além das sucessivas perseguições, o Congresso Nacional, em 9 de novembro de 1964, aprovou a Lei nº 4.464, criando novos controles sobre as representações estudantis, extinguindo a União Nacional dos Estudantes (UNE) e demais entidades, levando-as para a ilegalidade.

Mesmo na ilegalidade, a partir de 1966, os movimentos estudantis começaram a se reorganizar e promover grandes manifestações. Nesse mesmo ano, a UNE organizou eleições às escondidas para escolher a sua direção, que contaram com a ajuda de lideranças religiosas. (BRASIL, 2014).

Vale destacar, também, a morte do estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto, no restaurante universitário Calabouço, localizado no centro do Rio de Janeiro. A morte do estudante gerou uma onda de protesto pelo país e seu cortejo foi acompanhado por mais de 50 mil pessoas.

No Paraná, a morte do estudante Edson Luís teve repercussão em vários locais, como na capital e no norte do estado, na cidade de Apucarana, onde movimentos estudantis, juntamente com a participação da sociedade civil, realizaram protestos contra o regime (OLIVEIRA; CALCIOLARI; SAHD, 2014).

Com a implantação do Ato Institucional n. 5 (AI-5) em 1968, o regime aumentou o controle, sob todos os atos considerados subversivos. Na sequência, iremos demonstrar o “endurecimento” do regime e suas práticas de violação dos direitos humanos.

1.2 O “endurecimento” do regime

No final da década de 1960, o regime militar começou a punir “escancaradamente”¹⁹ todos os atos considerados subversivos. O ano de 1968 é marcado por sonhos, lutas, vitórias e derrotas, daqueles que sonhavam em mudar a realidade social. Nesse ano, o mundo se voltava para os diversos conflitos sociais que estavam ocorrendo:

Nos Estados Unidos, o movimento dos negros que lutavam contra o racismo, tendo como líder Martin Luther King, juntamente com o movimento estudantil, ganhava destaque. Também outros movimentos, como os dos presidiários, dos homossexuais e das mulheres, cresciam e chamavam a atenção da opinião pública mundial. Tais manifestações atingiram também a

¹⁹ Expressão cunhada por: GASPARI, Élio (2002).

América Latina, através de greves e manifestações de segmentos como o estudantil (...) (CUNHA, 1998, p. 89).

No Brasil, “a juventude de 68, que mais do que fazer amor, ler, estudar, precisava fazer política” (COLLING, 1997, pg. 35). Esses jovens exigiam mudanças, que iam desde a ordem política à revolução dos costumes.

Nesse contexto, as mulheres durante a revolução cultural, questionavam o capitalismo, o patriarcado, e toda forma de privação da mulher na vida pública. Se inserindo cada vez mais na participação política, lançaram-se contra a Ditadura Militar.

Em 1968, os movimentos sindical e estudantil estavam ganhando força novamente. Para reter o crescimento dos atos subversivos, no dia 13 de dezembro de 1968, é decretado o AI-5. O aparato repressor não mediu esforços e fechou as entidades estudantis como: a União Paranaense dos Estudantes (UPE), o Diretório Central dos Estudantes (DCE), da Universidade Federal do Paraná (UFPR), em Curitiba. A utilização da força militar foi requisitada, como foi o caso ocorrido na União Estudantil de Apucarana (UEA), sendo invadida e fechada pelo Exército (OLIVEIRA; CALCIOLARI; SAHD, 2014).

Com a implantação do AI-5 ocorreu o endurecimento do regime militar, uma vez que o ato suspendia todas as liberdades políticas e caracterizou-se como um incremento da repressão que visava afastar o perigo do comunismo no Brasil. Segundo Maria José Rezende (2001), o regime militar justificava o AI-5, como medida de proteção da população:

Os trabalhadores estariam sendo influenciados contra o regime por grupos clandestinos e subversivos. O grupo de poder justificava, assim, a repressão a todo o movimento considerado perigoso e nocivo à sociedade. A ditadura estabelecia uma verdadeira batalha para conseguir dividendos políticos do próprio processo de recrudescimento que se estabelecia. Continuavam, então, a justificar que suas medidas eram uma forma de proteger a maioria da população das investidas de uma minoria. (REZENDE, 2001.p. 90).

Os movimentos mais atingidos com o AI-5 foram o movimento estudantil e sindical, também não escaparam os demais grupos sociais formados por políticos de esquerda, jornalistas e pelas vertentes da Igreja Católica ligadas à Teologia da Libertação:

Parte da historiografia que estuda o período, entende que será a partir desse momento, de 1968, que ocorrerá o fechamento da vida política para a oposição e o bloqueio de toda e qualquer forma de manifestação contrária

ao regime e que, desse modo, a opção pela luta armada irá se consolidar. Entretanto, vale lembrar o alerta de Marcelo Ridenti, para a posição de alguns militantes/intelectuais de esquerda, que atribuem a intensificação da luta armada como uma resposta, à falta de canais institucionais, principalmente, após o “golpe dentro do golpe”, em 1968. (CUNHA, 2002: p. 100).

De acordo com Mariana Joffily (2014), antes do golpe, os setores conservadores, juntamente com os militares, já contavam com um aparato repressivo, como por exemplo, uma polícia violenta, acostumada a tortura.

Os principais aparelhos repressivos do governo eram o Destacamento de Operações de Informações (DOI), e o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI). Tanto o DOI quanto o CODI foram criados em 1970, na intenção de melhorar os organismos de repressão, sendo o CODI, o responsável em comandar as atuações dos agentes da repressão.

Segundo Leandro Brunelo (2009) e JOFFILY (2014), no final da década de 1960, ocorreu a sofisticação da repressão. Financiada por empresários e sob jurisdição do II Exército, foi criado em julho de 1969, em São Paulo, a Operação Bandeirantes²⁰ (OBAN), direcionando suas forças no combate ao inimigo subversivo.

Segundo Angelo Priori (2012), a partir da intensificação das ações de esquerda, o aparato de repressão aumenta:

O manto dos atos institucionais e a autoridade absoluta dos militares serviriam como proteção e salvaguarda do trabalho das forças repressivas, fossem quais fossem seus métodos de ação. Só para termos uma ideia, durante o regime militar foram criados vários órgãos de repressão, como o SNI, os DOI-CODI, o CIEX, o CENIMAR, a CISA, além do fortalecimento dos DOPS em todos os Estados. Foram criados ainda os Inquéritos Policiais Militares (IPM), cujos objetivos eram processar e criminalizar militantes e políticos que lutavam contra o regime militar. (PRIORI, 2012, p. 201-202).

Os inúmeros decretos, cassações e proibições, paralisavam por um momento as manifestações populares, provocando a radicalização dos setores de esquerda, que viram como única saída à luta armada. Os movimentos opositores ao governo que realizaram a luta armada foram inspirados pela ação de Ernesto Che Guevara,

²⁰ “Em julho de 1969, o núcleo ampliou-se com um plano de combate às organizações de esquerda, conduzido pelo Exército e financiado por empresários, batizados de Operação Bandeirantes (OBAN). Ela consistia em conjugar energias das forças militares, das corporações policiais e dos órgãos de informação para localizar e destruir as organizações clandestinas. (...) A OBAN se beneficiou amplamente do Ato Institucional n.5 (AI-5), que decretou o fim do habeas corpus para crimes políticos e permitiu a simplificação dos trâmites necessários à prisão de suspeitos. Ela constituiu o paradigma sobre o qual seria erigida uma rede de órgãos repressivos por todo o país: os Destacamentos de Operações (DOIs), unidades ágeis de perseguições e interrogatório de suspeitos, e os Codis, aos quais cabia a coordenação dos DOIs”. (JOFFILY, 2014, p 162 – 163).

na Bolívia, e por ações desenroladas em países como Cuba e China, onde a luta armada ocorria no meio rural. Deu-se início a vários focos de guerrilha em todo o país, a maior delas aconteceu na região do Araguaia liderada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), como apontou Daniel Aarão Reis:

Entre 1969 e 1972, desdobraram-se ações espetaculares de guerrilha urbana: expropriações de armas e fundos, ataques a quartéis, cercos e fugas, sequestros de embaixadores. Os revolucionários chegaram a ter momentos fulgurantes, mas, isolados, foram cedo aniquilados. Na sequência, entre 1972 e 1975, seria identificado, caçado e também destruído um foco guerrilheiro na região do Araguaia, na fronteira do Pará, Maranhão e Goiás, reunindo algumas dezenas de guerrilheiros, na tentativa mais consistente da esquerda revolucionária. (REIS, 2005, p. 52).

A guerrilha do Araguaia, região localizada no sul do Pará, fora escolhida pelo PCdoB para se criar uma guerrilha de campo. A escolha da região se deu pela densa floresta, pois reduziria a força do inimigo e nela, também, continha boa quantidade de alimentos. Os militantes acreditavam que os vários camponeses da região, que trabalhavam em regime de exploração, aliararam-se a eles na luta contra o regime. Já em 1972, o Exército começou as suas investidas na região, interrogando os moradores e, consequentemente, as ações militares contra os guerrilheiros (CUNHA, 1998). Por fim, a Guerrilha do Araguaia que durou de 1972 a 1975 resultou em inúmeros mortos e na perda da luta dos militantes do PCdoB contra o governo militar.

Foram inúmeros os setores e os grupos sociais atingidos pela repressão. Nosso foco se volta para as principais organizações de esquerda, que para os setores conservadores, representavam uma ameaça real ao Estado, já que a maioria dessas organizações se inspirava na ideologia leninista-marxista.

A maioria dessas organizações tem um antepassado em comum, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundado em 1922. Sua ideologia de que a transição do capitalismo para o socialismo aconteceria de forma pacífica, causou várias discordâncias internas dentro do partido (ARNS, 1985). Surpreendidos pela instauração da Ditadura Militar em 1964, inúmeros dissidentes do PCB deram início a novas organizações.

Esses dissidentes deram início a inúmeras organizações armadas que inspiradas na Revolução Cubana, preparavam-se para uma possível guerrilha. Os grupos mais conhecidos foram Aliança Libertadora Nacional (ALN), Partido

Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

Dentre esses, a ANL foi a organização de maior expressão. Criada em 1967, por Carlos Marighella, que havia se desvinculado do PCB, sua tática foi se apoiar em vários grupos já existentes e desencadear uma série de operações armadas nas grandes áreas urbanas, com a intenção de arrecadar fundos para uma provável guerrilha rural. A guerrilha urbana também foi muito atuante. A ANL juntamente com o (MR-8), sequestraram o embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, em 1969, em prol da libertação de presos políticos.

Em 1975, no Paraná, foi realizada a Operação Marumbi, executada pelo DOPS e pelo CODI-DOI, sendo o PCB, o principal alvo dessa operação. Segundo Brunelo, em sua obra *Repressão política durante o regime militar no Paraná: o caso da operação marumbi na Terra das Araucárias*, a Operação Marumbi resultou na busca por militantes do PCB, envolvendo 13 cidades, totalizando a prisão de 100 pessoas e no indiciamento de 65 pessoas. (BRUNELO, 2009).

Outro caso em que a Operação Marumbi não mediou esforços, é o do militante Antônio Narciso Pires de Oliveira, que teve seu irmão torturado, mesmo não sendo militante.

(...) Novamente em Apucarana, em 1975, ajuda a reorganizar o PCB. Com o desmonte do PCB no Paraná nesse mesmo ano pela “Operação Marumbi”, comandada pelo Exército e já foragido, seu irmão Lauro Narciso é preso e torturado pela repressão (...). Diante de tudo isso Narciso se entrega e mesmo assim é sequestrado, preso e torturado no Quartel do Exército em Apucarana pelo capitão Ismar de Moura Romariz. (OLIVEIRA, 2014, p.174-175).

Esse depoimento de Antônio Narciso Pires de Oliveira demonstrou como a repressão agia, não importando os meios. Para os militares, o único modo de manter a segurança do governo, era através da repressão contra todos os suspeitos de “atos subversivos”. O período ficou marcado pela censura, prisão, tortura e morte de muitos.

A imprensa também foi perseguida pelos órgãos de repressão. Muitos profissionais eram inibidos de divulgar quaisquer notícias que estivessem em desacordo com os interesses do Estado. Segundo Zuenir Ventura (1988), o AI-5 começou a censurar antes mesmo de ser decretado e anunciado publicamente:

Na sexta feira, 13, o Estado de S. Paulo era proibido de circular e o Jornal da Tarde tinha parte da sua edição apreendida. Também no Rio os leitores não encontraram alguns de seus jornais nas bancas, ou os encontraram

totalmente censurados. O País, que era dirigido por Joel Silveira, conseguiu driblar a censura prévia, mas foi logo retirado das bancas, e seu diretor preso. (VENTURA, 1988, p. 287).

Nos arquivos do *Projeto Brasil: nunca mais*, também é possível encontrar vários processos referentes a jornalistas acusados de incitar o povo contra o governo:

Dia 30 de setembro de 1969, seria a vez de o diretor-responsável e proprietário da “Gazeta Popular” de Campo Mourão (PR), Dickson Fragoso Veras, começar a responder inquérito na Polícia Federal de Curitiba. Motivo: ter publicado notícia sobre um pedido de Habeas-corpus formulado pelo preso político Joaquim Pires Cerveira, major reformado do Exército, já referido no relato sobre a organização clandestina FLN. O título da matéria que motivou o processo era a transcrição de um trecho do Habeas-corpus: “A Polícia invadiu e saqueou o meu lar”. (ARNS, 1985: p.145).

Todo e qualquer ato considerado subversivo era punido. Jornalistas que apenas estavam fazendo o seu trabalho, noticiando a realidade e os fatos ocorridos, eram obrigados a manipularem ou ocultarem certas informações.

Já a Igreja Católica, que no início apoiou o golpe civil-militar, começou a ter muitas dificuldades em se relacionar com o governo, depois que muitas pessoas ligadas a ela passaram a ser vítimas de perseguições, de prisões e de torturas. É importante ressaltar que, no período do governo de Jango, parte da Igreja Católica, apoiava suas propostas em prol das Reformas de Base. Muitos movimentos surgiram como: a Juventude Operária Católica (JOC), a Juventude Universitária Católica (JUC), ambos lutavam por mudanças nas estruturas sociais.

Com o endurecimento do regime em 68 e o cerco a qualquer manifestação popular contra o Estado, pessoas ligadas a esses movimentos foram perseguidas. Algumas lideranças da Igreja Católica uniram esforços em defesa dos direitos humanos e realizaram vários concílios declarando ser contra a tudo o que violava a integridade da pessoa humana. (ARNS, 1985).

1.3 A tortura

Na Ditadura Militar brasileira, a prática da tortura foi algo presentes desde seu início em 1964 e os órgãos repressores faziam deste expediente um método para tentar extrair a verdade do indivíduo. Através do sofrimento corporal, a tortura fazia com que o corpo entrasse em cisão com a mente, como relata o psicanalista Hélio Pellegrino (1988):

Para tanto, a tortura busca, à custa do sofrimento corporal insuportável, introduzir uma cunha que leve à cisão entre o corpo e a mente. E, mais do que isto: ela procura, a todo preço, semear a discórdia e a guerra entre o corpo e a mente. Através da tortura, o corpo se torna nosso inimigo, e nos persegue. É este o modelo básico no qual se apoia a ação de qualquer torturador. (...) O corpo, sob tortura, nos tortura, exigindo de nós que o libertemos da tortura, seja a que preço for (...). (PELLEGRINO, 1998, p. 19-20).

Segundo Michel Foucault (1972), na tortura acontece um confronto entre o sofrimento e a verdade, o alvo principal é o corpo do torturado. Portanto, na obra *Vigiar e Punir*, Foucault faz um estudo sobre a legislação penal e os métodos adotados pelos poderes públicos para o exercício da punição, que pode ser desde a violência física à aplicação de princípios contraditórios aos direitos humanos.

No projeto BNM, precisamente no primeiro volume do tomo V, foi possível encontrar as diversas formas de tortura que foram aplicadas durante a ditadura militar, somando cerca de 6016 tipos. Porém, os interrogados, em sua maioria, sofreram mais de um tipo de tortura que variam desde a coação física, psicológica e até moral. Os abusos cometidos nos cárceres do Estado foram denunciados frente às autoridades judiciais, em cartas ou em denúncias feitas por advogados no exercício de defesa da vítima.

Nos arquivos do projeto BNM, constam os depoimentos de 1843 pessoas, vítimas de tortura, sendo 1461 homens e 382 mulheres. Buscou-se prevalecer às mesmas palavras usadas pelos denunciantes, havendo raras correções para compreensão dos textos²¹.

O medo de conviver e, sobretudo, de rememorar os momentos de tortura, fez com que muitas pessoas não denunciassem as atrocidades sofridas. Por conta disso, o número de cidadãos citados acima não corresponde oficialmente com o número total de pessoas torturadas durante o período estudado pelo projeto BNM.

Muitos dos torturados serviram de cobaia, nas aulas de tortura ministradas pelos militares como no caso do estudante Ângelo Pezzuti da Silva:

(...) que, na PE da GB, verificaram o interrogado e seus companheiros que as torturas são uma instituição, vez que, o interrogado foi o instrumento de demonstrações práticas desse sistema, em uma aula de que participaram mais de 100 (cem) sargentos e cujo professor era um Oficial da PE, chamado tnt. Ayton; que, nessa aula, ao tempo que se projetavam “slides” sobre as torturas, mostrava-se a prática para qual serviram o interrogado,

²¹ No BNM, o preenchimento do questionário, foi feito a codificação dos tipos de tortura. A opção foi utilizar as mesmas palavras usadas pelos denunciantes, tentando evitar, assim, qualquer tipo de interpretação subjetiva sobre o significado de cada expressão.

Mauricio Paiva (...) e outros presos que estavam na PE-GB, de cobaias (...). (BNM, tomo V, vol. 1: A tortura, p. 310).

É difícil de compreender como uma pessoa passa a torturar seus semelhantes, impondo castigos cruéis e desumanos. Para tanto, Élio Gaspari diz que o torturador é produto de uma fantasia política e funciona para o Estado como um álibi e tem nas mãos a tese da insanidade para salvar a honra do regime (GASPARI, 2002). Mais muitos torturadores empregavam a tortura por prazer, eram sádicos e não tinham controle sobre suas atrocidades, já que na maior parte do tempo, estavam dopados de drogas ou álcool (HUGGINS, 2006).

Vários eram os métodos e os instrumentos de tortura utilizados pelo aparelho repressivo. No entanto, podemos constatar alguns desses métodos utilizados, através dos depoimentos, como no caso do advogado Affonso Celso Nogueira Monteiro:

(...) seguida de novo “pau-de-arara”, acompanhado de choques e repetidas asfixias por tamponamento da boca e narinas, operação simultaneamente efetiva por três executores. Retirado do pau-de-arara sente-se desfalecer, delírio de que certifica ao novamente se surpreender retornando à consciência deitado na lama do chão e ao ouvir de alguém “esse frouxo accordou”. (BNM, tomo V, vol. 1: A tortura, p. 164-165).

O choque elétrico também foi muito utilizado pelos torturadores. Em 1970, em interrogatório, o estudante Alberto Vinícius Melo do Nascimento de 23 anos depõe que:

(...) o interrogado permanecia vendado, começando o que o interrogado classifica de “sessões”, com duração de 40 minutos cada; (...) foram aplicados choques elétricos nas mãos e nos pés do interrogado; que, também, inicialmente, permanecia com os olhos vendados durante essas “sessões”, que, associado ao choque elétrico, (...) que esses choques aumentavam em termos de duração e intensidade durante as “sessões” (...) (BNM, tomo V, vol. 1: A tortura, p. 203).

Ao ler e ouvir os depoimentos e as memórias dos militantes torturados, Marilena Chauí “diz se sentir impressionado pelo suplício físico, o suplício psíquico, o desamparo, a solidão, o medo-pânico, o sentimento de abandono, a perda da percepção e da memória, a destituição do humano, reduzindo o ser humano à condição de coisa” (BRANCA, 1987 p. 33.)

São inúmeras as formas de tortura que nos deparamos nos arquivos do projeto BNM. A utilização de instrumentos como; o pau-de-arara, o choque elétrico, a “cadeira do dragão” dentre outros. Mas não havia limites para a criatividade do horror e em vários dos depoimentos, notamos a utilização de animais e de insetos,

na intenção de causar o maior pânico possível nos torturados. Ao depor, a secretária Janete de Oliveira Carvalho diz que:

(...) que todas suas manifestações constantes de seus interrogatórios, foram feitas sob torturas físicas, morais e psicológicas (...) onde foi submetida a torturas com choque, drogas, sevícias sexuais, exposição a cobras e baratas; que essas torturas eram efetuadas pelos próprios Oficiais (...) (BNM, tomo V, vol. 2: A tortura, p. 276).

Outro caso absurdo foi com a jornalista Miriam de Almeida Leitão Netto, que mesmo estando grávida foi vítima de tortura com animais:

(...) apesar de estar grávida, na ocasião em que deu ciência aos seus torturadores, foi torturada por indivíduos que eram trocados diariamente (...) que recebeu ameaças de pontapés, em seu ventre (...) que as pessoas que procediam os interrogatórios, soltavam cães e cobras para cima da interrogada (...). (BNM, tomo V, vol. 3: A tortura, p. 239).

No duelo entre o torturador e o torturado, o primeiro só irá se satisfazer se conseguir arrancar de sua vítima todas as confissões que deseja. O segundo (o torturado), no entanto, sente como única forma de vencer seu algoz negando-lhe tudo o que deseja, mesmo que isso lhe custe à própria vida. Muitos prisioneiros buscavam, através do suicídio, escapar da dor, pois acabariam não dando ao torturador o gosto de vitória. Para melhor entender tal opção, me recorro às palavras de Hélio Pellegrino:

(...) Sua *não-fala*, ou a fala do despistamento, constituem, na tortura, o discurso do herói. Um tal silêncio, no entanto, vai provocar o recrudescimento da violência e o risco da morte física. Se o torturado não fala, pode morrer fisicamente. Se fala, e confessa, sucumbe a uma discordia fundamental e morre como pessoa. Ao torturado, na tortura, só resta a saída – *inimaginavelmente difícil* – do silencio. Através dela, garante e afirma, em grau heróico, a sua integridade de pessoa, pela realização de um valor supremo. (PELLEGRINO, 1998. p. 20-21).

De fato, a tortura, deixa sequelas, sejam físicas ou psicológicas. Diante de tanto sofrimento, estima-se que mais da metade dos prisioneiros torturados, acabaram confessando e colaborando com os seus torturadores (GASPARI, 2002).

Por outro lado, muitos militantes resistiam aos interrogatórios, com a finalidade de desmantelar a aparato repressivo, para “ganhar tempo”, dificultando a localização dos demais companheiros. Várias organizações tratavam disto em documentos, como forma de orientação²².

²² No manual do guerrilheiro urbano, segundo Carlos Mariguella, a segurança da guerrilha deve ser mantida também e principalmente em casos de prisão. O guerrilheiro preso não pode revelar nada à

Enquanto aos locais, onde era praticada a tortura, no projeto BNM são citadas 246 dependências, sendo que muitas delas são as mesmas, já que muitos denunciantes não tinham tanta certeza do nome do local onde eram torturados. Sabe-se, também, que muitos foram levados encapuzados e, por conta disso, não faziam ideia de onde estavam. O uso da tortura pelo Estado exigia toda uma infraestrutura, como locais próprios para as sevícias, instrumentos e, além de tudo, a participação direta de enfermeiros e de médicos (ARNS, 1985).

Os médicos e os enfermeiros eram encarregados de reanimar as vítimas de tortura, para que o interrogatório continuasse. O estudante Ottoni Guimarães Fernandes Junior:

(...) que, dentre os policiais, figura um médico, cuja função era de reanimar os torturados para que o processo de tortura não sofresse solução de continuidade; que durante os dois dias e meio o interrogado permaneceu no pau-de-arara desmaiando várias vezes e, nessas ocasiões, lhe eram aplicadas injeções na veia pelo médico (...) (BNM, tomo V, vol. 3: A tortura, p. 406).

Segundo Élio Gaspari (2002), “para funcionar, o porão expande-se além das fronteiras da sua clandestinidade. Ele precisa de diretores de hospitais, médicos e legistas dispostos a receber presos fisicamente destruídos, fraudar autos de corpo de delito e autópsias” (GASPARI, 2002. p. 29). A participação de médicos foi constante. Muitos dos prisioneiros que faleciam perante a tortura, tinham os médicos à função de dar laudos falsos, sobre a verdadeira causa da morte. Assim foi o caso do estudante Alexandre Vannuchi Leme:

O estudante Alexandre Vannuchi Leme, morto nas dependências do DOI-CODI-II Exército, em 17 de março de 1973, teve seu laudo necroscópico contendo a versão de que “teria se atirado sob um veículo sofrendo contusão na cabeça” assinado pelos legistas Isaac Abramovitc e Orlando José Bastos Brandão. (ARNS, 1985, p. 235).

Como notamos a participação da sociedade civil se fez presente e atuou junto com o aparato repressor. Ao todo, no Brasil, há registrado cerca de 125 desaparecidos políticos. Muitos foram vítimas dos órgãos de repressão e assassinados e, enterrados em sua maioria em cemitérios clandestinos como indigentes (ARNS, 1985, p. 261).

pólicia que possa prejudicar à organização. Não pode dizer nada que de pistas, como consequência, as prisões de outros camaradas, a descoberta de endereços e lugares de esconderijo, a perda de armas e munições (MARIGUELLA, 1969, p. 55).

1.4 A militância feminina durante a Ditadura Militar no Paraná: sobre as memórias das mulheres

As mulheres paranaenses tiveram um papel determinante na luta pela democracia, durante a Ditadura Militar. É relevante para a historiografia trazer à tona essas memórias e reconhecer a história de luta dessas mulheres. Desse modo, trabalhar com a memória das militantes, faz-se necessário, já que suas histórias foram, muitas vezes, esquecidas e silenciadas.

O historicismo alemão de Leopold von Ranke preocupou-se em criar uma narrativa para a história baseada no progresso, em fatos organizados cronologicamente, em fontes oficiais, que garantissem uma história oficial.

No século XX, segundo Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2012), a Escola dos Annales e outras vertentes criticaram o modelo historiográfico positivista, definindo essa prática de história como historicizante. Os traumas deixados pelos conflitos no início do século XX afastaram a historiografia dessa militância nacionalista. Mais adiante, em 1929, os historiadores franceses Lucien Febvre e Marc Bloch lançaram o primeiro número da *Revue des Annales*, assim, propuseram um novo papel social para o ensino e a escrita da história.

Historiadores marxistas fizeram do ensino de história um saber militante, pois era necessário romper com a ideologia burguesa, levando os sujeitos a um processo de politização. Essa nova perspectiva da narrativa histórica, incluiu novos sujeitos e atores, oriundos da classe trabalhadora, ocultos na história, subalternos e vencidos passaram a ter representatividade e legitimidade sociais.

Nesse sentido, foi possível aprender com os historiadores dos Annales que a história se faz a partir do presente, pois o passado é elaborado e pensado a partir do contemporâneo. Com efeito, “(...) uma das funções sociais da história é construir o passado, dotando a sociedade de uma visão do tempo que vá além daquilo que se define e se pensa como presente”. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p.30).

A memória coletiva, conforme Michael Pollak (1989), é um referencial importante para compreender a memória em uma perspectiva de coesão social, mas a história do século XX, demonstra que essa coesão foi fragmentada pela busca e a necessidade de afirmação de novas identidades e da emergência de memórias de grupos marginalizados que, segundo Pollak, estavam subterrâneas.

Segundo Elizabeth Fernandes Xavier Ferreira (1996), em seu livro *Mulheres, militância e memória*, ao analisar os depoimentos de mulheres que foram presas durante a Ditadura Militar, afirma que as memórias dessas pessoas têm que se tornar história a partir do momento em que se tornam memórias compartilhadas e que possam servir de exemplo para outras mulheres falarem.

No atual cenário brasileiro, o crescimento do negacionismo em relação às atrocidades cometidas pela Ditadura Militar ganhou espaço, levando assim, o acirramento da disputa das narrativas. Márcia Maria Menéndez Motta (2016), em seu texto *História e Memória*, aborda a possibilidade da amnésia social, recentemente o revisionismo historiográfico vem sendo temas de debates:

(...) quando falamos de amnésia, devemos estar atentos às conjunturas históricas que explicam a maneira pela qual se operou o esquecimento de determinado acontecimento. É preciso atentar também para o fato de que, sendo a tarefa do historiador a deslegitimação de memórias, tal operação implica resgatar as evidências e construir, para seu objeto de pesquisa, os conflitos de interpretações. (MOTTA, 2016, p.187).

O historiador deve estar atento ao esquecimento social, seja ele natural ou intencional. Segundo Angelo Priori “alguns fatos não mudam. Eles são, digamos, a espinha dorsal da história. Não dá para negar, sobre a história do Brasil, (...) que o golpe militar ocorreu em 1964”. (PRIORI, 2010, p. 4).

Mas, em momentos de crise, a memória entra em disputa segundo Pollak:

Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa. Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes. (POLLAK, 1989, p. 4).

Nesse campo de embates, a construção da memória é elaborada a partir da disputa do presente. Portanto, a historiografia deve tomar todos os cuidados necessários para não haver manipulações e uma revalorização do objeto de estudo. (FERREIRA, 1996). Para Pollak, a memória dos sujeitos envolvidos é construída socialmente e está direcionada para a construção da identidade que carrega, inevitavelmente, consigo as marcas do passado.

As histórias das mulheres paranaenses militantes podem ser consideradas “subterrâneas”, por se tratar de uma memória de mulheres tidas como subversivas. Tornar essas histórias visíveis e dialogar com a bibliografia que trata desse período,

significa expandir as discussões sobre um tema tão caro e sensível à sociedade brasileira.

Para resgatar o papel social da mulher durante a Ditadura Militar, assim como o protagonismo vivido por elas, utilizaremos boa parte da bibliografia que aborda a militância feminina. Para algumas mulheres, além de lutarem contra o regime militar, elas travavam uma luta particular dentro das organizações de esquerda, enquanto outras não perceberam diferenças dentro das organizações.

Maria de Fátima da Cunha, ao analisar as memórias de ex-militantes, diz que: “Para algumas, as diferenciações de gênero, por exemplo, são lembranças muito palpáveis. Para outras, elas poderiam até ter existido, mas não eram percebidas na época. E para algumas mulheres, elas simplesmente não existiram” (CUNHA, 2002, p. 34).

Constatamos também essa percepção nos depoimentos concedidos ao projeto *Depoimentos para a História* do DHPaz, que usaremos como fonte da pesquisa. Nesse caso, no próximo capítulo, buscaremos, através desses depoimentos, demonstrar como a repressão atuou no Paraná em relação às mulheres consideradas subversivas pelo aparato repressor.

Capítulo 02: MULHERES: E A MEMÓRIA DA REPRESSÃO

2. 1 Mulheres: uma questão de gênero

Em um país onde a grande propriedade, o Estado, o patriarcado e a branquitude constituem desde o início do período colonial até os dias atuais a hegemonia dos espaços de poder e de decisão, abordar a construção social, política e histórica da mulher no Brasil se torna imprescindível:

Especialmente no Brasil, através da historiografia que analisa a temática feminina, pode-se verificar que são resgatados vários aspectos da condição feminina, em períodos que variam do século XIX até meados do século XX, como: ama-de-leite, operária, prostituta, militante, solteirona, entre outros. (CUNHA, 2000, p. 143).

No Brasil, assim como em grande parte da América Latina, o machismo e o papel secundário dado a mulher foram uma prática não somente dos poderes constituídos e conservadores, mas também dos meios progressistas da esquerda.

Na obra “Do Cabaré ao Lar” de Margaret Rago (1985)²³, as mulheres do início do século XX tinham seu comportamento e seus corpos dominados pela lógica burguesa, no qual o papel da mulher seria ser uma boa dona de casa e uma mãe prestativa. A luta de classes, a revolução socialista na visão de grande parte da esquerda brasileira até o início da década de 1970, libertaria a sociedade de todas as contradições e opressões. Questões como o machismo e o racismo apenas desviavam a atenção da luta principal pelo socialismo.

Na Europa e nos Estados Unidos, algumas mulheres exiladas puderam ter contato como novas demandas de luta, principalmente, advindas da denominada “Nova Esquerda”. Temas como o feminismo, o racismo, a sexualidade e os direitos humanos estavam também no centro das preocupações e mobilizações. Novos sujeitos históricos e movimentos sociais ganhavam força nas ruas dos países capitalistas centrais como: as mulheres, os negros, os homossexuais, os ambientalistas, enfim, as demandas por justiça social e por direitos haviam se

²³ A promoção de um novo modelo de feminilidade, a esposa dona de casa, mãe de família e uma preocupação especial com a infância, percebida como riqueza em potencial da nação, constituíram as peças mestras deste jogo de agenciamento das relações intrafamiliares. “À mulher cabia, agora, atentar para os mínimos detalhes da vida cotidiana de cada um dos membros da família, vigiar seus horários, estar a par de todos os pequenos fatos do dia a dia, prevenir a emergência de qualquer sinal da doença ou do desvio. Complementarmente, a criança passou a ser considerada como ser especial, que requeria todos os cuidados dos médicos, novos aliados da mãe, não obstante sua ampla utilização nas camadas pobres da população, como força de trabalho industrial”. (RAGO, 1985, p. 62).

ampliado no campo da esquerda, principalmente, após as revoltas estudantis de maio de 1968 em Paris²⁴.

As mulheres, nesse contexto, ao se depararam com as relações de gênero pautadas pelo machismo da sociedade brasileira e das próprias organizações clandestinas de esquerda. Algumas, inclusive, que já haviam sofrido nos porões da ditadura, resolveram discutir e exigir mudanças quanto à condição feminina. As feministas²⁵ Amelinha Teles e Rosalina Santa Cruz Leite, ambas militantes de esquerda e advindas da clandestinidade, resolveram enfatizar a pauta cotidiana das mulheres e participaram da equipe editorial dos jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*.

O feminismo também chegou à academia entre o final da década de 1970 e início de 1980, quando pesquisadoras iniciaram a produção de trabalhos voltados para a problemática da mulher, repercutindo positivamente no trabalho dos intelectuais:

(...) A risadinha deu espaço à curiosidade e, aos poucos, os antropólogos, historiadores e sociólogos, e não apenas algumas intelectuais, passaram a pensar na importância da sexualização do discurso historiográfico. O feminismo saía do gueto e irradiava seus fluidos mornos e positivos pela academia. (RAGO, 1998, p. 51).

No Brasil vem crescendo o número de trabalhos sobre a história das mulheres seja em relação à história social ou à perspectiva de gênero e suas subjetividades. Durante os anos 1980, tivemos importantes trabalhos na área da história social das mulheres fundamentados e influenciados por Edward Palmer Thompson. (CUNHA, 2000).

Nessa mesma década, a historiadora Joan Scott (1989) buscou se distanciar da história social e passou a ter o pós-estruturalismo como referencial teórico para os estudos de gênero. Todavia, Scott influenciou o surgimento de grupos de pesquisa de gênero, tendo como marco a criação, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu. (RAGO, 1998).

²⁴ Ao lado das manifestações, destaca-se, “com o mesmo grau de contestação, a revolução musical através do rock e do movimento hippie. Todos esses movimentos acabavam se entrelaçando e tendo como pontos de convergência o protesto contra a Guerra do Vietnã e a luta pelos direitos civis estendidos aos negros e a outras minorias, tais como mulheres e gays”. (CUNHA, 2002, p.114).

²⁵ É do “feminismo mais ousado e criativo” que sai o objeto de pesquisa de Teles e Leite: o *Brasil Mulher* e o *Nós Mulheres*, dois jornais que funcionaram entre 1975 e 1980. Em um relato pessoal – ambas as autoras integravam a equipe do *Brasil Mulher* –, refazem a trajetória dos dois veículos que, com uma perspectiva de esquerda, contribuíram para a reorganização dos movimentos populares após a Guerrilha do Araguaia, em especial, os movimentos de mulheres e feminismo. (KUBIK, 2014, p.259-260).

Esta nova perspectiva possibilitou análises direcionadas de forma mais sutil às subjetividades, as relações de poder que a envolvem e a construção das representações em relação ao gênero. Aproveitando-se da discussão em relação ao gênero, destacaremos parte da historiografia, pertinentes à participação feminina na militância durante a Ditadura Militar.

Para algumas mulheres, além de lutarem contra o regime militar, também travavam uma luta particular dentro das organizações de esquerda, enquanto outras não perceberam diferenças dentro dessas organizações.

A historiadora Ana Maria Colling (1997), em seu livro *A Resistência da Mulher à Ditadura Militar no Brasil*, buscou resgatar a mulher silenciada na história. Em sua análise, foi possível perceber que ao abordar o movimento feminista nos anos 1960, no Brasil, várias discussões relevantes sobre a pauta feminista ficaram em segundo plano, já que discussões em torno da sexualidade feminina eram consideradas um tabu na sociedade e, em específico, nas organizações de esquerda, nas quais eram reservados os debates para o campo político. “As mulheres que ingressavam na militância, entravam pelas suas convicções políticas”. (COLLING, 1997, p. 74).

A maioria das mulheres entrevistadas por Colling fazia parte do movimento estudantil e apenas uma de suas entrevistadas fez parte do movimento operário. E através de suas entrevistas, Colling concluiu que:

As mulheres assumiram a militância nas organizações de esquerda, negando a sua condição de mulher. As organizações eram espaços fundamentalmente masculinos, o que impunha às mulheres a necessidade de se colocarem como militantes, diluindo as relações de gênero na luta política mais geral. Os homens militantes tinham posições diferentes porque viam as militantes também como mulheres. (...) As mulheres entrevistadas tinham a preocupação de buscar a igualdade com os companheiros militantes, porém o fizeram esquecendo-se de que a igualdade significa o reconhecimento das diferenças. (COLLING, 1997, p. 75).

Segundo Elizabeth Fernandes Xavier Ferreira (1996) em seu livro *Mulheres, Militância e Memória*, no qual ela entrevista 13 ex-presas políticas, resgatando a memória de sua participação política, algumas mulheres não tinham uma ideia clara do significado de suas ações, ao optarem pela clandestinidade. Mas, de todo modo, foi uma posição política, pois acreditavam lutar para resolver os problemas sociais e políticos do país.

Outro ponto a destacar é que nenhuma das entrevistadas por Ferreira lutava, especificamente, por conquistas femininas, pois lutavam em prol das ações coletivas

de suas organizações. Por fim, a autora ressaltou que essas ex-militantes, na época, não perceberam o efeito de suas ações em termos históricos e que suas ações no passado marcaram uma mudança de status em relação ao seu gênero, refletindo na inserção delas e das demais mulheres na vida pública (FERREIRA, 1996).

Por fim, destacamos a brilhante tese *MEMÓRIAS DO SÓTÃO: vozes de mulheres na militância política contra a ditadura no Paraná (1964-1985)*, da autora Carla Cristina Nacke Conradi. A tese de doutorado foi publicada em 2015, nesse caso, um estudo recente sobre a ditadura no Estado do Paraná. Em sua tese, Conradi retratou a experiência de treze mulheres que participaram da resistência à Ditadura Militar no Paraná. A autora, através de suas entrevistas, mostrou o papel significante que essas mulheres protagonizaram na luta pela democracia no país.

2. 2 Dolorosas memórias: a prática da tortura pelo estado e a participação das mulheres contra a Ditadura Militar no Paraná

Os depoimentos do DHPaz contêm cento e cinquenta e três depoimentos, sendo 27 de mulheres e 126 de homens. Por conta da abrangência do projeto e pelo tema dessa dissertação, a escolha dos depoimentos se dá em relação às mulheres que relataram serem vítimas de tortura ou que foram presas. Além disso, resolvemos fazer um recorte, o qual selecionou um total de sete mulheres. São elas: Ana Beatriz Fortes, Clair da Flora Martins, Elizabeth Franco Fortes, Teresa Urban, Zélia de Oliveira Passos, Elza Correia e Clari Izabel Fávero.

As mulheres que cederam os seus depoimentos para o DHPaz são: Ana Beatriz Fortes, Clair da Flora Martins, Elizabeth Franco, Zélia de Oliveira Passos e Elza Correia. Nos casos de Clari Izabel Fávero e Teresa Urban, que veio a falecer em 2013, antes da gravação do projeto DHPaz, resolvemos incluí-las nessa dissertação, pois ela obteve uma atuação importante na militância e, para fazer uso de suas memórias, utilizaremos como fonte o Relatório da Comissão Estadual da Verdade – Teresa Urban (CEV), que leva esse nome em homenagem à militância de Teresa e bibliografias que conseguiram registrar e guardar a sua história.

Começaremos pela militante Ana Beatriz Fortes, que nasceu em Santo Antônio da Platina, interior do Estado do Paraná. Sua família mudou-se para Curitiba com a intenção dos filhos cursarem a universidade. Sua vida escolar, na maior parte, foi realizada em colégios católicos e no colegial estudou em escola pública, no Colégio Estadual Professor Guido Straube, na capital paranaense.

Foi nesse colégio público que começou a participar de reuniões do movimento estudantil, seguindo o exemplo da irmã Elisabeth Franco Fortes, que já militava na universidade. Ana Beatriz Fortes participava de passeatas do movimento estudantil, panfletagem e grupos de leitura.

Em 1968, sua irmã já estava presa e Ana Beatriz trabalhava como secretária em um escritório de arquitetura. Aos 18 anos de idade, Ana Beatriz foi aprovada em um concurso público na SANEPAR. E no ato de assumir o concurso, os militares já estavam aguardando a sua chegada para prendê-la. O diretor da SANEPAR era militar o que facilitou sua prisão em 11 de maio de 1970. Segundo Ana Beatriz, a carta foi um dos motivos de sua prisão:

(...) a gente costumava todo domingo ir visitar ela na prisão e quando eu fui presa eu tinha uma carta, que o pessoal da prisão tinha escrito para um rapaz que esteve preso com eles mas já tinha saído. Era um rapaz da UNE Nacional, ele era de Fortaleza, era uma carta normal comum dizendo que eles estavam bem, querendo saber dele, não era nada tão comprometedor, mas não tinha nome de quem estava escrevendo a carta e nem para quem era esta carta então, um dos motivos da minha prisão da minha tortura dos interrogatórios era saber quem tinha escrito essa carta e para quem era. (DEPOIMENTOS PARA A HISTÓRIA – DHPAZ. In: <<https://youtu.be/G3tNJDHVjlk?t=444>>. Acesso em: 20 jul. 2020.).

Após a sua prisão, ficou durante três dias em um quartel do Exército, localizado na Praça Rui Barbosa sendo interrogada e torturada:

(...) eu fiquei durante uns três dias sendo daí com o interrogatório tortura eles amarravam na cadeira, davam choque, teve um dos dias que veio os policiais do Rio, bem violentos, e bem agressivos, colocaram uma arma na minha cabeça e queriam saber (...), mas as perguntas eram sempre essas, quem tinha escrito a carta? O que está escrito na carta? Para quem era e o que que eu qual era o meu envolvimento? Quem eram as pessoas que eu conhecia? (DEPOIMENTOS PARA A HISTÓRIA – DHPAZ. In: <<https://www.youtube.com/watch?v=G3tNJDHVjlk&t=590s>>. Acesso em: 20 jul. 2020.).

Durante os três dias em que passou no quartel, mesmo diante de torturas físicas e psicológicas, Ana Beatriz não entregou os seus companheiros e contava, sempre, a mesma história. A sua família não sabia do seu paradeiro, seu pai buscou informações em vários locais, sem sucesso. “Ela não compreendia o uso excessivo da força e a prisão, pois a carta não tinha nenhuma informação sigilosa”. (BORDIN, LORIANNY, 2013, p. 113).

Após os três dias de interrogatório sem sucesso, Ana Beatriz foi levada para Foz do Iguaçu de avião, onde foi submetida a novas tentativas de intimidação e de tortura:

(...) aí eu fui levada para Foz do Iguaçu dentro do avião tinha um outro rapaz que estava sendo, um rapaz bem Magrinho e ele estava muito nervoso e ameaçavam jogar a gente lá de cima, nas cataratas, eles ficaram ameaçando que ia jogar a gente de lá (...). (DEPOIMENTOS PARA A HISTÓRIA – DHPAZ. In: <<https://youtu.be/G3tNJDHVjlk?t=745>>. Acesso em: 20 jul. 2020.).

Já em Foz do Iguaçu, Ana Beatriz passou novamente por interrogatórios e foi colocada frente a frente com o garoto, com o qual ela conversava no colégio e havia emprestado o livro. O garoto estava muito nervoso e apresentava medo constante e cedia todas as perguntas realizadas pelos militares, o que incomodava Ana Beatriz, que era firme e tinha medo de ceder informações que poderiam comprometer sua irmã.

Em outro momento do interrogatório, Ana Beatriz foi forçada a tirar a roupa diante de vários homens, ouvindo gracejos relacionados à sua vida sexual:

(...) quando eu fui levada para o pau-de-arara eles me pediram que eu tirasse a roupa e na hora me perguntaram se eu era virgem, eu disse, sim, sou virgem eu era mesmo bem novinha não tinha nem namorado, e daí eles pediram para tirar a roupa daí eu tirei a roupa, e pensei, melhor que eu tiro, pois tinha medo que eles me tocassem né, ou passassem a mão alguma coisa então eu tirei a roupa e eles me penduraram e me amarraram pela mão e pelos pés na madeira, eu tenho cabelo bem cumprido,(...) o cabelo ficava caindo no balde com água para o choque ser mais forte, então eles ficavam ali dando choque perguntando e interrogando. (DEPOIMENTOS PARA A HISTÓRIA – DHPAZ. In: <<https://youtu.be/G3tNJDHVjlk?t=1070>>. Acesso em: 20 jul. 2020.).

Após todos esses interrogatórios, Ana Beatriz foi levada de volta para Curitiba, onde permaneceu mais um dia na Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), sendo solta e levada para casa. O capitão responsável, ao devolver a Ana Beatriz, disse ao pai que tudo não passou de um engano. Um advogado da família orientou que ela fosse levada para o Instituto Médico Legal (IML), onde fez vários exames para que a violência sofrida ficasse documentada (BORDIN, LORIANNY, 2013).

Ana Beatriz levou anos para superar os traumas causados pela violência sofrida e medicamentos passaram a fazer parte de sua rotina. Seus estudos foram prejudicados, uma vez que não foi possível se matricular na escola novamente. Foi obrigada a se matricular no supletivo para finalizar o Ensino Médio.

Outra militante que cedeu depoimento ao DHpaz foi Clair da Flora Martins. Nascida em 10 de julho de 1945, na cidade de Porto União, localizada no estado de Santa Catarina. Segundo Clair, a sua visão política progressista estava relacionada

ao posicionamento de seu pai, com o qual compartilhava um apreço a políticos como Leonel Brizola e Jango.

Mudou-se para Curitiba, no ano de 1964, para cursar Letras, na Universidade Federal do Paraná (UFPR) e, posteriormente, o curso de Direito na Pontifícia Universidade Católica (PUC). E foi na universidade que iniciou sua participação no movimento estudantil, despertando uma visão crítica em relação as demandas sociais. Sua luta não se resumiu apenas ao movimento estudantil e ultrapassou as fronteiras do movimento, uma vez que passou a lutar contra a ditadura em prol da liberdade e da democracia.

Com sua participação na militância cada vez mais envolvente, viu-se a necessidade de se filiar a alguma agremiação política. Em 1966, filiou-se à Ação Popular (AP) que, segundo Clair, era um partido de massa, que abrangia os movimentos dos bancários, dos operários e estudantis.

Em 1968, após o AI-5, a estudante Clair, quando estava saindo da sua formatura do curso de Direito, foi surpreendida e intimada pela DOPS a prestar depoimento. Em função disso, Clair resolveu partir para a clandestinidade. Nesse período, foi para a cidade São Paulo, assumiu a coordenação do diretório da AP e se vinculou ao movimento operário para organizar o segmento. Ela e os demais companheiros acreditavam em mobilizar esse e outros setores de trabalhadores para restabelecer a democracia.

Em 1971, durante a militância, Clair e seus companheiros da AP foram presos em São Paulo. Destacou em seu depoimento o excesso da força policial:

(...) a partir do ato da prisão, fomos agredidos e presos pela equipe do famoso delegado Fleury e a partir de então já sofremos todo tipo de tortura. Fomos presos eu e o meu companheiro nesse dia, o Aziel da Silva Pereira. Em seguida fomos levados para o DOPS e lá então nos interrogatórios sofremos espancamentos, choque elétrico, pau de arara e outros tipos de tortura. (DEPOIMENTOS PARA A HISTÓRIA – DHPAZ. In: <<https://youtu.be/Bx50lbZnK7w?t=451>>. Acesso em: 20 jul. 2020.).

Além das violentas sessões de interrogatórios, ela permaneceu isolada em uma cela por 40 dias, sendo que alguns dias sem qualquer alimentação. Como se não bastasse as torturas físicas e psicológicas, Clair sofreu abuso sexual²⁶ de seus torturadores:

²⁶ A violência sexual, exercida ou permitida por agentes de Estado, constitui tortura. Por transgredir preceitos inerentes à condição humana, ao afrontar a noção de que todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos, a normativa e as jurisprudências internacionais consideram que a

(...) Isolada por 40 dias ou ficar alguns dias sem alimentação e sofrendo torturas físicas e psicológicas. A tortura foi tão grande, que chegou momentos em que nós não poderíamos andar, tínhamos dificuldades de andar e também havia a manipulação por parte dos agentes do DOPS, a manipulação de nossos órgãos genitais. (DEPOIMENTOS PARA A HISTÓRIA – DHPAZ. In: <<https://youtu.be/Bx50lbZnK7w?t=501>>. Acesso em: 20 jul. 2020.).

Observando o depoimento de Clair, notou-se que ela não foi somente vítima de tortura, pois, ao manipular seus órgãos genitais, os torturadores por serem do sexo masculino, aproveitavam e faziam do sexo oposto objeto de suas taras. De acordo com Cunha:

A sexualidade feminina como objeto das sevícias e tara dos torturadores foi sempre um problema a mais a ser enfrentado pelas guerrilheiras. A prática desse tipo de violência foi recorrente nas situações de tortura enfrentadas pelas mulheres, provocando ainda mais sofrimento e humilhação. (CUNHA, 2002. p. 185).

Para exemplificar melhor essa prática de terror, em que a nudez feminina era usada de maneira diferente entre os torturadores, relataremos aqui o caso da professora Maria Mendes Barbosa, mesmo não ocorrendo no Paraná, nos ajuda a ter uma dimensão maior dessas violações. Nesse caso, além de sofrer agressões físicas, serviu também de espetáculo entre os agentes da tortura:

(...) nua, foi obrigada a desfilar na presença de todos, desta ou daquela forma, havendo ao mesmo tempo, o capitão PORTELA, nessa oportunidade, beliscado os mamilos da interrogada até quase produzir sangue; que, além disso, a interrogada foi, através de um cassetete, tentada a violação de seu órgão genital; que ainda, naquela oportunidade, os seus torturadores faziam a autopromoção de suas possibilidades na satisfação de uma mulher para a interrogada, e depois fizeram uma espécie de sorteio para que ela, interrogada escolhesse um deles. (BNM, tomo V, vol. 3: A tortura, p. 130).

Depois de alguns meses em São Paulo, Clair e alguns companheiros foram transferidos para a cidade de Curitiba, permaneceram presos no Comando do Exército, localizado na Praça Rui Barbosa. Passado alguns dias, ela teve uma audiência e foi liberada. Temendo ser novamente presa e passar por todo o terror que vivera há pouco tempo, Clair resolveu, novamente, cair na clandestinidade e se

violência sexual representa grave violação de direitos humanos e integra a categoria de “crimes contra a humanidade”. No cumprimento de seu mandato, ao buscar promover o esclarecimento circunstanciado de casos de tortura ocorridos durante a ditadura militar, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) pôde constatar que a violência sexual constituiu prática disseminada do período, com registros que coincidem com as primeiras prisões, logo após o golpe de Estado. (CNV, p. 400, v.1, 2014)

dirigiu para a cidade de Porto Alegre, onde começou a trabalhar na empresa de um amigo do seu pai.

Outra mulher militante que sofreu torturas de cunho sexual foi Clari Izabel Fávero²⁷, que iniciou sua militância política no Rio Grande do Sul, através da atuação no grêmio estudantil da escola. Foi participando dos movimentos da época que conheceu seu companheiro, Luiz Andrea que também militava no movimento estudantil²⁸.

No final da década de 1960, mais precisamente no ano de 1969, o casal ingressou na Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), e logo no início desse novo espaço de militância, foram designados a atuar no Paraná. O local escolhido foi o município de Nova Aurora, onde os pais de Luiz tinham propriedade e ficava próximo às fronteiras com o Paraguai e Argentina.

Em Nova Aurora, começaram a atuar como professores, primeiramente em uma escola estadual, mas adiante resolveram reabrir uma escola perto da propriedade onde moravam. A abertura dessa escola ajudou a se aproximarem da comunidade e disseminar suas ideologias. Não demorou muito tempo, logo o casal foi preso, após uma operação da polícia e demais órgãos de repressão, envolvendo cerca de setecentos homens armados²⁹.

Na prisão, ambos sofreram torturas, mas iremos apontar apenas a violência sofrida por Clari Izabel Fávero, que em seu depoimento à Comissão Nacional da Verdade (CNV), disse:

Eu fui muito ofendida, como mulher, porque ser mulher e militante é um karma, a gente além de ser torturada física e psicologicamente, a mulher é “vadia”, a palavra mesmo era “puta”, “menina decente, olha para a sua cara, com essa idade, olha o que tu está fazendo aqui, que educação os teus pais te deram, tu é uma vadia, tu não presta”. (CNV, 2014, Vol. 1, cap.10, p. 400).

Novamente percebemos no depoimento de Clari Izabel Fávero, os estereótipos machistas sendo direcionados a sua pessoa, tais adjetivos em relação às mulheres, já foram mencionados nesse trabalho.

Mais além das ofensas e tortura psicológica, Clari Izabel Fávero também foi vítima de torturas de cunho sexual, como mostra no relato abaixo:

²⁷ No caso de Clari Izabel Fávero, utilizamos seu depoimento na audiência pública da Comissão Nacional da Verdade em Foz do Iguaçu, ocorrida em 27 de junho de 2013, contidos nos relatórios da CNV e CEV-PR.

²⁸ CEV-PR, 2017, vol.1, p. 377, 2017.

²⁹ CEV-PR, 2017, vol. 1, p. 378.

(...) eu não me lembro bem se no terceiro, no quarto dia, eu entrei em processo de aborto, eu estava grávida de dois meses, então, eu sangrava muito, eu não tinha como me proteger, eu usava papel higiênico, e já tinha mal cheiro, eu estava suja, e eu acho que, eu acho não eu tenho quase certeza que eu não fui estuprada, porque era constantemente ameaçada, porque eles tinham nojo de mim". [...]. Eu certamente abortei por conta dos choques que eu tive nos primeiros dias, nos órgãos genitais, nos seios, ponta dos dedos, atrás das orelhas, aquilo provocou, obviamente, um desequilíbrio, eu lembro que eu tinha muita, muita, muita dor no pescoço, quando a gente sofreu choque, a gente joga a cabeça pra trás, aí tinha um momento que eu não sabia mais onde doía, o que doía em todo lado, mas enfim. Certamente foi isso. (CNV, 2014, Vol. 1, cap.10, p. 400).

Em seu depoimento à comissão, ela se emociona, ao relembrar das várias sessões de tortura em que foi submetida, e principalmente ao lembrar-se do aborto, por conta dos choques que levou.

Relatos como o de Clari Izabel Fávero e Clair da Flora Martins, demonstram como as torturas sexuais³⁰ nas mulheres foram constantes. Os torturadores tinham o poder e o corpo feminino em jogo e abusavam de sua posição favorável.

(...) o tratamento das mulheres sempre incluiu uma alta dose de violência sexual. Os corpos das mulheres – suas vaginas, seus úteros, seus seios – vinculados à identidade feminina como objeto sexual, como esposas e mães, eram nitidamente objetos de tortura sexual. (JELIN, 2001, p. 102 – 103, *Apud JOFFILY*, 2010, p. 123).

De acordo com JOFFILY (2010), às mulheres militantes foram duplamente afetadas, por serem contra a Ditadura Militar e por não se enquadarem nos padrões normativos femininos da época, foram afetadas por diversas formas de violência, em vários casos, a violência sexual se fez presente.

Outra militante que deu seu depoimento ao projeto DHpaz foi Elizabeth Franco Fortes, paranaense e natural de Quatiguá, cidade localizada no interior do Paraná. Em 1964, sua família se mudou para a capital, destino de muitas famílias, que viam em Curitiba a possibilidade de seus filhos ingressarem no ensino superior.

De acordo com Elizabeth, enquanto seu pai tinha uma visão mais tradicional, sempre reforçando a frase “mulher é para casar e ter filhos”, contrário à isso, sua

³⁰ Considerada a utilização desse tipo de violência como método tendente a anular a personalidade da vítima, a CNV entende que a violência sexual pode constituir uma forma de tortura quando cometida por agente público, ou com sua aquiescência, consentimento ou instigação, com a intenção de obter informação, castigar, intimidar, humilhar ou discriminhar a vítima ou terceira pessoa. Trata-se de uma grave violação de direitos humanos que, quando praticada no quadro de um ataque generalizado ou sistemático contra a população civil, adquire a qualidade de crime contra a humanidade, previsto no artigo 7º, alínea g, do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. CNV, 2014, vol.1, cap.7, p.279).

mãe sempre incentivou os estudos, sempre reforçando a ideia de que mulheres também deveriam cursar faculdade e serem independentes.

Em 1966, Elizabeth ingressou no curso de jornalismo, na PUC e, no ano seguinte, transferiu-se para UFPR, onde começou a participar ativamente do movimento estudantil, aderindo aos trabalhos realizados no Diretório Acadêmico Rocha Pombo.

Em 1968, com o aumento da repressão, os congressos da UNE passaram a ser realizados em espaços remotos, já que a entidade estava proibida de realizar atividades. No Paraná, os estudantes se organizaram na Chácara do Alemão, em Curitiba. De alguma forma, segundo Elizabeth, os militares já sabiam do congresso, e prepararam um cerco aos estudantes, o que resultou em várias prisões, inclusive a de Elizabeth. Presa e se sentindo injustiçada, passou por interrogatórios e lhe chamou a atenção o fato de outros estudantes serem liberados, enquanto ela e outros quatorze continuarem na prisão. Dentre os quinze estudantes, havia apenas duas mulheres, Elizabeth e Judite Barbosa Trindade.

Elizabeth e Judite foram colocadas juntas, em uma cela separada dos demais, mas só tiveram contato com os advogados e com a família após dois dias. Em seu depoimento, foi possível perceber a sua revolta ao relembrar esse momento:

(...) É claro que, a prisão em qualquer circunstância, ela é terrível! Nessas circunstâncias quando o teu crime é ser estudante, você está cometendo um crime horrível!? Você é estudante, tem lucidez e você pensa, então, o teu crime é pensar? É muito mais assustador ainda, você ver que, já não existe mais nenhum estado de direito no teu país, se você não concorda comigo eu te mato, o que é isso meu Deus, onde estamos? (DEPOIMENTOS PARA A HISTÓRIA – DHPAZ. In: <<https://youtu.be/5boaPTLoYQE?t=1612>>. Acesso em: 20 jul. 2020.).

Os questionamentos de Elizabeth mostraram com detalhes a forma como a Ditadura Militar agia em relação às pessoas consideradas subversivas. Constantemente, na medida em que os dias se passavam, Elizabeth tinha contato com outras presas políticas e notou marcas de tortura em seus corpos.

Elizabeth não chegou a ser torturada fisicamente, mas durante o tempo em que ficou presa, soube da prisão e da tortura de sua irmã, Ana Beatriz Fortes. O medo constante com algo que poderia acontecer com ela e as constantes ameaças, faziam com que Elizabeth e Judite se ajudassem uma à outra.

Ao todo, Elizabeth ficou um ano e meio na prisão e mesmo depois de libertada, percebia a constante vigilância dos militares perto de sua casa, o que

causava medo de ser presa novamente. Além disso, tentou retornar para a universidade, mas o pedido foi indeferido e só na terceira tentativa conseguiu se matricular.

A repressão continuou interferindo em sua vida estudantil. Elizabeth foi reprovada, mesmo sabendo que tinha totais condições de seguir adiante. Através de uma professora, Elizabeth ficou sabendo que havia orientação superior para que ela fosse reprovada até jubilar. Diante dessa situação, transferiu-se para a PUC e finalizou o curso de jornalismo.

Na sequência, outra militante que trouxe à tona as suas dolorosas memórias, para o DHpaz, foi Elza Pereira Correia, que nasceu na cidade de Londrina e tem orgulho em dizer que é filha de comunista. Seu pai, Manuel Jacinto Correia, foi um líder comunista conhecido na região de Londrina que atuou no conflito de terras em Porecatu³¹.

Em seu depoimento, Elza Correia relembrou que sua família sempre foi visada pelas autoridades e alguns comerciantes da cidade. Por conta da liderança do seu pai, sua família vivia em constante mudança de casa, muitas vezes às pressas (CUNHA, 2002, p. 24). Durante a Ditadura Militar, Elza Correia continuou atuando na clandestinidade como militante do PCB. Ingressou no curso de história, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que posteriormente passou a ser a Universidade Estadual de Londrina (UEL). Sua participação se deu, principalmente, em movimentos culturais como o teatro. (BORDIN, LORIANNY, 2013).

No final de 1970, Elza Correia foi presa e, novamente, o Estado agiu com brutalidade:

O peso da ditadura veio com maior rigor no final de 1970, quando fui presa em um quartel em Apucarana, onde também estava preso meu pai. Os abusos e violência dos militares deixaram marcas profundas em minha vida. Levei pelo menos dois anos para voltar a ter uma vida normal. As sequelas foram profundas e ainda hoje evito falar sobre elas". (BORDIN; LORIANNY, 2013, p. 242).

Após o período da prisão, Elza Correia teve dificuldade em superar os traumas da prisão e foi com a ajuda de sua mãe que conseguiu superar:

Essas marcas são tão profundas e não são marcas que ficam e que deixam apenas os hematomas na pele, são marcas que ficam na alma, dentro de você. Eu levei mais de um ano para me recuperar emocionalmente e a minha psicóloga foi minha mãe. Eu adquiri um medo de escuro e minha mãe passou sabedoria. Ela apagava as luzes da casa e me fazia andar por vários cômodos e quando ela percebia que eu não ia aguentar, ela acendia

³¹ Para saber mais, consultar: Angelo Priori (2000).

a luz e me abraçava. Então perdi o medo do escuro com essa tática. (DEPOIMENTOS PARA A HISTÓRIA – DHPAZ. In: <<https://youtu.be/6j9OkCMQ1o?t=1719>>. Acesso em: 20 jul. 2020.).

Observando o depoimento de Elza Correia, constatamos que a mulher militante era comparada, de certo modo, ao modelo de mulher que se estabelecia na sociedade naquele período. Sua participação nas organizações de esquerda e sua vivência na clandestinidade faziam com que se criassem conceitos sobre sua pessoa, como “puta comunista”, “mulher-macho”, entre outros, sempre tentando retirar a sua condição enquanto sujeito-mulher (CUNHA, 2002).

Em entrevista a historiadora Maria de Fátima da Cunha, Elza Correia expressou bem essa caracterização da mulher, como “puta” e outros demais pré-conceitos estabelecidos pelos militares:

Quer dizer, todas as comunistas presas são prostitutas, são consideradas vagabundas, prostitutas, mulheres que não merecem respeito, que não merecem consideração, vadias. Eu nunca fui chamada por Elza. Era sempre esse tratamento que me deram: vadia, vagabunda, prostituta (...). (CUNHA, 2002, p. 187).

Os órgãos repressores viam as mulheres militantes com desprezo e procuravam, constantemente, desmoralizá-las. Constatamos no seu depoimento concedido ao DHpaz, que não gosta de lembrar dos detalhes do período em que esteve na prisão e que foi tortura. E ressalta que toda a violência em relação ao gênero deve ser combatida. Elza Correia, posteriormente, continuou dedicando sua vida à militância política e ao combate contra a violência à mulher.

Em seu depoimento, Zélia de Oliveira Passos começou falando de sua vida na Capital do Paraná, a cidade de Curitiba. Zélia começou a se interessar por causas sociais já no segundo grau, mesmo estudando em um colégio católico. Nesta fase, começou a ter acesso à leituras que não eram fiscalizadas pela sua mãe e pela própria escola. Após o término do segundo grau, Zélia não tinha ideia de qual curso superior faria, com toda a indecisão acabou decidindo não estudar no momento. Resolveu, então, participar de um grupo de teatro popular, que era composto de pessoas ligadas ao PCB.

Em 1963, Zélia já estava casada e ingressou na Universidade no curso de Pedagogia, quando passou a fazer parte do movimento estudantil:

O movimento estudantil se dividia em dois grandes polos, um liderado pelo PCB e outro ligado à Igreja e à Teoria da Libertação, com o qual Zélia, apesar de questionar algumas vertentes religiosas, tinha mais afinidade. Em 1964, porém, todas as lideranças começaram a ser perseguidas e houve um

período de esvaziamento no movimento estudantil. Mesmo assim começaram a surgir iniciativas por meio da cultura, principalmente do cinema, o que serviu para reforçar a concepção de mundo que os estudantes partilhavam. Seu marido, Edésio Passos, foi convidado para compor um movimento, que posteriormente se tornaria um partido clandestino chamado AP – Ação Popular, que tinha uma fundamentação cristã, mas voltada para a justiça social e reconhecia a luta de classe e tomava partido pela classe oprimida. Por consequência do envolvimento de seu marido, Zélia também se tornou militante dessa mesma organização. (CONRADI, 2015, p.100).

Segundo Zélia, em 1968, foi aprovada em um concurso e como já militava na AP, mudou-se para Maringá, decisão tomada após consulta com seus companheiros de partido. Ela e seu marido começaram a filiar várias pessoas, a fim de conscientizar a classe trabalhadora e fortalecer o partido na cidade e na região.

Após uma crise em seu casamento, Zélia se divorciou e se mudou para o Rio de Janeiro com a sua filha, onde continuou militando pela AP, movimentando-se com os operários. Foram momentos difíceis, após várias mudanças de casa, Zélia resolveu voltar para Curitiba e morar com a sua mãe e, mais adiante, acabou se reconciliando com o seu marido.

Já adaptada na cidade, Zélia trabalhava na prefeitura e na universidade, mas como era procurada, em certo dia a polícia bateu em sua porta com mandado de busca dela e de seu marido Edésio, resultando em sua prisão:

Eu já fazia parte dos quadros da universidade e em dezembro fui presa, eles (polícia) chegaram bem cedo na minha casa no dia 7 de dezembro eu já tinha me reconciliado com Edésio, morávamos juntos novamente e isso tudo aconteceu nesse ano. Eu estava grávida, bem recente, e quando a polícia chegou na minha casa, estavam atrás do Edésio com mandado de prisão para ele, e para mim, aliás não chegava a ser mandado de prisão por que a polícia tinha o direito dado pelo AI-5 de prender qualquer pessoa por 60 dias para averiguação e depois disso era necessário mandado de prisão emitido pelo juiz. (DEPOIMENTOS PARA A HISTÓRIA – DHPAZ. In: <<https://youtu.be/ci6lZvTwrtk?t=3480>>. Acesso em: 20 jul. 2020.).

Quando presa, Zélia estava grávida de poucos meses e durante sessenta dias teve parte de sua gestação no cárcere. Várias mulheres militantes passaram por situação parecida, Zélia não se abalou e em seu depoimento ressaltou que a sua gravidez lhe deu forças para suportar aquela situação.

Como se não bastasse, ser presa injustamente, apenas por ter um posicionamento contrário à ditadura, durante o período em que esteve encarcerada, lembrou da falta de privacidade na cela onde estava, o uso do banheiro era sempre

vigiado, assim como interrogatórios constantes. Consequentemente, a sua prisão resultou também na perda de seu emprego na universidade.

A história de Zélia foi uma realidade vivida por outras mulheres que passaram por gestação e aborto nas prisões, mas, mesmo assim, não foram poupadadas de torturas dos mais variados tipos, o que levou muitas mulheres a abortarem. Observando os mais diversos tipos de tortura que essas mulheres sofreram, um caso que nos chamou à atenção, pelo fato da prisioneira ter sido vítima de estupro por parte dos militares, resultando posteriormente em gravidez:

(...) Joana é estuprada nas instalações da PE no Rio. Com isso, é duplamente torturada, pois, ao saber que está grávida, não suporta a ideia de ter a criança. Entretanto, não precisou enfrentar essa realidade. O fato não se consuma porque Joana acaba perdendo a criança. (...) (FERREIRA, 1996. p.153.).

Através dos depoimentos e denúncias dessas mulheres, notamos que realmente os militares fizeram do corpo feminino algo a mais do que torturar. Aproveitando-se do poder que detinham sobre elas, os militares usaram da sexualidade feminina para se auto satisfazerem. O caso citado acima, mesmo não ocorrendo no Paraná, mostrou que não havia limites por parte do aparato repressor.

O corpo feminino foi historicamente violentado, e se ampliou durante a Ditadura Militar. A prática do estupro³² no Brasil foi inaugurada na colonização, com o estupro de mulheres indígenas e negras, resultando em gerações de mestiços. A resistência das mulheres se dava através do aborto.

A prática do estupro, tradicionalmente presente no Brasil, manifestou-se nos porões da Ditadura Militar, pelos próprios representantes do Estado utilizadas como tortura e autossatisfação pelo agressor.

Por fim, outra mulher militante citada nessa dissertação, é Teresa Urban que ingressou, em 1964, no curso de jornalismo da UFPR e, durante sua vida universitária, participou da AP e da Organização Revolucionária Marxista Política (POLOP).

Parte sua militância foi no norte do Paraná, que nessa época havia um grande contingente de trabalhadores do campo em situação precária. Trabalhou como boia-

³² LEI Nº 12.015, DE 7 DE AGOSTO DE 2009. “TÍTULO VI - DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL – CAPÍTULO I. DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL - Estupro - Art. 213. Constará alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso: Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12015.htm#art2>. Acesso em: 25 de abr. de 2021.

fria durante um tempo, mas não obteve sucesso em organizar uma militância que pudesse pegar em armas e combater a Ditadura Militar. (HELLER, 1988).

Teresa havia sido presa diversas vezes por estar envolvida em manifestações de natureza política. Em 1970, foi presa novamente e levada para o quartel da Polícia do Exército, sendo submetida a interrogatórios e sessões de tortura com violências físicas, pau-de-arara e choques elétricos (HELLER, 1988). Foi interrogada e torturada pelo delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury:

Ele só me perguntava de dinheiro, de armas e do Lamarca. Isso no quartel da Polícia do Exército em Curitiba. Eles tinham lá uma coisa de extraordinário mau gosto, que era uma cadeira de três pés. Prendiam os braços e os pés da gente e eu caía cada vez que levava um choque. Era uma situação estúpida, a gente caía no chão sem poder se levantar. O Fleury dizendo que ia me tirar a roupa, me arrebentar e o tempo todo me chamando de puta. Me arrancou muito cabelo e até hoje eu tenho falhas de cabelo que ele arrancou (...) (HELLER, 1988, p. 434).

Nesse episódio, Teresa foi associada ao Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), um engano, e as torturas só cessaram quando alguém confirmou que ela não tinha ligação com o movimento. Após ser liberada, abalada pelas sevícias que sofrera e temendo a morte, Teresa e seu companheiro decidiram ir para o exílio, no Chile:

(...) As marcas da tortura ficaram para sempre em sua vida, em sua memória e em seu corpo. Teresa ficou muito debilitada por causa da tortura, seu marido havia tentado suicídio na prisão e, quando foram soltos, a única alternativa era o exílio no exterior, pois sabiam que o casal seria vigiado pela polícia, que dificilmente ficariam livres e “ele não tinha condições de continuar aqui, ele estava mentalmente muito abalado”. Assim, Teresa decidiu seguir para o exílio, acompanhando o seu companheiro e deixando seu filho com sua mãe. (CONRADI, 2015, p. 55).

Em seu exílio no Chile, Teresa recebeu auxílio do governo e ajuda de sua família e teve sua segunda filha, que sua mãe levou para o Brasil. Após algum tempo longe das filhas, Teresa voltou para o Brasil, onde foi condenada a dois anos de prisão. Cumpriu uma parte da pena na Penitenciária Feminina de Piraquara e devido a intervenção da Irmã Araújo, Teresa foi transferida para um convento, onde cumpriu o restante da pena (CONRADI, 2015).

Essas mulheres romperam com os valores estabelecidos na época e foram percussoras da inserção da mulher na vida pública. Sobre a tortura, notamos que seu uso pela Ditadura Militar foi constante e sem limites. Os vários depoimentos das vítimas de tortura que constam neste trabalho ajudam-nos a compreender as barbaridades nas quais a Ditadura Militar se apoiava e utilizava.

Desse modo, no próximo capítulo, iremos apresentar a criação do site *Ditadura no Paraná*, a fim de apresentar essas histórias e memórias de pessoas que foram vítimas do desrespeito aos direitos humanos, durante a Ditadura Militar. Este site também possuirá seções com vídeos, dicas de filmes, referências bibliográficas e demais materiais sobre o período político assinalado pelo autoritarismo.

Capítulo 03: A CONSTRUÇÃO DO SABER HISTÓRICO EM SALA DE AULA ATRAVÉS DO USO DE NOVAS TECNOLOGIAS

3. 1 O uso da tecnologia no ensino de História

Neste terceiro capítulo, abordaremos o uso da tecnologia no ensino de história, tendo como base os autores: Cyntia Simoni França e Cristiano Biazzo Simon, Marcos Silva e Maria Auxiliadora Moreira dos Santos Schmidt, e as reflexões sobre tecnologia e educação de Vani Moreira Kenski. Os autores citados mostram novos caminhos e possibilidades para a aplicabilidade do ensino de história em sala de aula. Além disso, demonstraremos detalhes do site em construção, a saber, trata-se do produto educacional que está sendo desenvolvido com base na pesquisa até o momento.

Diante do que foi discutido no decorrer dessa dissertação, chegamos ao desafio de como estender essa pesquisa à escola, e aplicá-la em sala de aula. A cada dia, em meio aos professores de história, discute-se metodologias e formas de facilitar a aprendizagem histórica. Por conta do ritmo acelerado das novas tecnologias, a escola passa por diversas mudanças, e os professores juntamente à comunidade escolar passam por adaptações em meio a essa nova realidade.

De certa forma, com as novas possibilidades tecnológicas, mudam nossa forma de aprender e transmitir o conhecimento, e deve fazer parte da formação contínua do professor. Todavia, a história da humanidade nos mostra isso, diante de todas as transformações do homem no espaço e no tempo:

As tecnologias existentes em cada época, disponíveis para utilização por determinado grupo social, transformaram radicalmente as suas formas de organização social, a comunicação, a cultura e a própria aprendizagem. Novos valores foram definidos e novos comportamentos precisaram ser aprendidos para que as pessoas se adequassem à nova realidade social vivenciada a partir do uso intenso de determinado tipo de tecnologia. (KENSKI, p. 48, 2003).

De acordo com Vani Moreira Kenski, vivemos em um período de constante mudança, vários equipamentos tecnológicos fazem parte do cotidiano das pessoas, como os smartphones, televisores, computadores, entre outros (KENSKI, 2003). Esses equipamentos modificam o modo de vida das pessoas e sua relação com a sociedade como um todo.

Muitos professores inseridos nesse contexto de mudanças encontram a possibilidade de facilitar para os alunos, a compreensão do conhecimento se utilizando de novos mecanismos tecnológicos:

Na atualidade, as tecnologias digitais oferecem novos desafios. As novas possibilidades de acesso à informação, interação e de comunicação, proporcionadas pelos computadores (e todos os seus periféricos, as redes virtuais e todas as mídias), dão origem a novas formas de aprendizagem. São comportamentos, valores e atitudes requeridas socialmente neste novo estágio de desenvolvimento da sociedade. (KENSKI, 2003, p. 51).

Como citado, estamos diante de novos desafios, pois as Novas tecnologias da Informação e Comunicação (NTICs), nem sempre estão acessíveis para todos. Além da falta de acesso por parte dos profissionais da educação e alunos, muitos carecem de formação e atualização na área.

Dentro dessa realidade, os historiadores Cyntia Simoni França e Cristiano Biazzo Simon no texto *Professores de história: o uso do computador na construção do conhecimento histórico escolar*, desenvolveram uma pesquisa demonstrando o uso do computador no cotidiano das escolas no ensino médio e fundamental, das públicas e particulares de ensino, o recorte espacial ocorreu em Londrina e região, no estado do Paraná, os dados foram coletados a partir de questionários respondidos pelos professores das respectivas escolas onde ocorreu a pesquisa (FRANÇA; SIMON, 2014).

Os autores traçam parâmetros do surgimento das novas tecnologias e sua potencialidade no uso da educação, junto às leis que foram sendo aprovadas pelo estado brasileiro como exemplo as novas Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que já possuía trechos voltados ao uso de tecnologia na educação, e posteriormente a essas leis, computadores se inserem nas escolas através de projetos e políticas públicas, como o Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo) (FRANÇA; SIMON, 2014, p.192).

Em relação aos professores que utilizam o computador diretamente na prática Pedagógica, o levantamento revelou dois grupos distintos, utilizadores e não-utilizadores, que ressalta-se a atenção para duas questões, a carga horária em sala de aula e as características dos processos de formação continuada em que estiveram envolvidos, pois quanto maior a carga horária em sala, menor o número daqueles que utilizam o computador (FRANÇA; SIMON, 2014). Mesmo diante de situações de trabalho precárias, os autores ressaltam que:

Neste contexto, é necessário voltar o olhar para a formação inicial e contínua dos professores de história, priorizando a prática pedagógica, o fazer historiográfico em comunicação com as novas tecnologias, compreendendo-as como potencializadoras da construção do conhecimento escolar de história de forma a propiciar uma aprendizagem significativa (FRANÇA; SIMON, 2014, p.193).

De todo modo, se constata a necessidade de uso dessas novas tecnologias no cotidiano da prática pedagógica dos professores de história, mesmo carecendo de uma estrutura melhor para a demanda.

Em seu trabalho, *Ensino de História e novas tecnologias*, o professor Marcos Silva (2012) analisa a temática da inclusão digital e os impactos no processo de ensino na disciplina de história, enfatiza que o incremento de novas classes sociais na era digital tende a impactar o processo de ensino aprendizagem, onde o acesso à informação disposto pelas novas tecnologias acessível às novas gerações de estudantes molda a maneira de absorver conhecimento e altera principalmente o trabalho do professor. Os educadores entram no desafio de acompanhar o processo de ensino, fazendo uso de novas ferramentas para tornar o processo de ensino aprendizagem mais dinâmico e satisfatório (SILVA, 2012).

As novas gerações estão constantemente em contato com novas tecnologias, exigindo novas formas de aptidão e de aprendizagem para lidar as tecnologias cada vez mais presentes em seu cotidiano. Sendo a mídia e a tecnologia, especialmente a TV e os videogames, criaram um ambiente de maiores demandas cognitivas (SILVA, 2012).

Essa nova representação gráfica, cada vez mais presente no cotidiano das novas gerações, já não dialoga com os métodos utilizados no passado recente, com os livros que ainda predominam nas salas de aula. Esse desencontro de métodos, onde as novas gerações constroem sua personalidade com a tecnologia, criam de certa maneira um desencontro do interesse com a forma mais tradicional de adquirir conhecimento. (SILVA, 2012, p. 6).

Ainda segundo SILVA, a utilização das NTICs resulta em uma “pluralidade de usos”, onde propõe aos professores inovarem seus métodos de ensino:

Duas possibilidades principais de utilização das NTICs por professores de História, em ensino presencial, se consolidaram, a saber: primeiro é através da utilização das NTICs em apoio às tarefas tradicionais dos professores, como fonte de recursos para a preparação de aulas e materiais pedagógicos e, segundo, como ferramentas instrucionais, ou seja, aplicação

de metodologias de utilização pedagógica das NTICs (...). (SILVA, 2012, p. 9).

No âmbito geral o autor cita experiências e recursos de ensino de história na Internet, como jogos e acervos virtuais e outras experiências desenvolvidas no Brasil, nos Estados Unidos e Europa, tal como a criação de portais destinados a reunir material para uso didático dos professores de História.

Já Maria Auxiliadora Schmidt (2019) em seu texto, *A formação do professor de história e o cotidiano da sala de aula*, contribui para uma percepção mais ampla sobre o pedagógico em sala de aula e aponta caminhos para facilitar o ensino de história. Nesse espaço o professor é responsável em problematizar os temas valorizando a diversidade de opiniões (SCHMIDT, 2019).

Outro ponto destacado pela autora são as mudanças tecnológicas na sociedade, que se bem utilizadas podem contribuir para a prática do ensino de história:

A transposição didática das inovações tecnológicas é, atualmente, uma outra questão fundamental e imprescindível no ensino de História, trazendo consequências imediatas e complexas tanto para a formação dos professores como para a prática de sala de aula. (SCHMIDT, 2019, p. 63).

Segundo Schmidt, o uso da tecnologia em sala de aula é importante na atual realidade em que vivemos, pois se trata de uma sociedade “afogada em informações”, e utilizá-las de forma adequada, faz-se necessário com as novas gerações (SCHMIDT, 2019, p. 63). O processo de aprendizagem necessita do envolvimento dos estudantes, assim como da criatividade dos professores, fazendo com que o aluno possa interpretar a sociedade em que vive.

Ao trazer à tona as narrativas das mulheres que foram presas e torturadas durante a Ditadura Militar no Paraná para o ambiente escolar, torna-se necessário problematizar o tema, a fim de que o aluno possa compreender a complexidade sobre do assunto. Dessa forma, Schmidt ressalta que:

A sala de aula não é apenas onde se transmite informações, mas onde uma relação de interlocutores constrói sentidos. Trata-se de um espetáculo impregnado de tensões em que se torna inseparável o significado da relação teoria e prática, ensino e pesquisa. (SCHMIDT, 2019, p. 57).

A iniciativa dessa dissertação é apresentar uma ferramenta, como as citadas acima, em que o professor de História poderá aproveitar como fonte de pesquisa, e os alunos como ferramenta de aprendizagem. Nesse sentido, estamos

desenvolvendo um site, para que possamos inovar o aprendizado em relação à temática abordada nessa dissertação.

3. 2 O site *Ditadura no Paraná* como fonte de ensino e pesquisa.

A pesquisa desenvolvida nesta dissertação resultou na criação do site *Ditadura no Paraná*, com o endereço eletrônico; www.ditaduranoparana.com.br, que será direcionado para o uso de professores e alunos. O objetivo é contribuir para o aprofundamento do tema Ditadura Militar no Paraná, visto a necessidade de uma melhor compreensão histórica sobre o tema.

No planejamento para divulgação do site, estava prevista uma palestra no colégio onde leciono, o Colégio Estadual Walfredo Silveira Correa, da cidade de Arapongas no Paraná, para professores e alunos. Contudo, devido à pandemia do coronavírus (covid-19) e do momento histórico que estamos passando, a publicização do site ocorreu de forma online, no dia quinze de dezembro de 2020, por meio da plataforma Google Meet.

Figura 1: Apresentação pedagógica do site.



Figura 1 : Apresentação pedagógica do site – 15 de dez. de 2020.

Durante a apresentação do site, foram citadas as fases da pesquisa, os critérios de escolha dos depoimentos das mulheres e o resultado da pesquisa.

Detalhamos as páginas do site, sua divisão e alguns depoimentos de mulheres, na perspectiva de demonstrar a sua finalidade pedagógica.

Os professores presentes na apresentação fizeram alguns apontamentos para sanar algumas dúvidas, em relação à dissertação e ao site. De modo geral, elogiaram a pesquisa e aproveitaram para dar sugestões no enriquecimento do site, da pesquisa e, também, possibilidades de ampliar a divulgação à comunidade escolar.

Além dos professores que participaram da apresentação, pretendemos realizar futuramente, tendo como público-alvo a ser alcançado, os alunos do ensino médio, em especial, os que estão cursando o terceiro ano, por conta da matriz curricular da disciplina de história.

Nas futuras apresentações, esperamos que os alunos estejam presentes, a fim de acompanharem através de seus aparelhos, computadores ou *smartphones*, o passo a passo do site desenvolvido e como utilizá-lo para pesquisa, como demonstraremos adiante.

A página inicial (Figura 2) faz uma apresentação do projeto e seu objetivo de abordar a repressão sobre as mulheres durante a Ditadura Militar no Paraná. Apostamos em uma linguagem acessível para facilitar a compreensão dos alunos.

Figura 2: Apresentação do projeto.



Fonte: Disponível em: <<https://www.ditaduranoparana.com.br/inicio>>. Acesso em 21 ago. 2020.

Nesta página destacamos quatro guias, localizadas no topo da página, que direcionam aos conteúdos conforme interesse do pesquisador, são elas; início, depoimentos, filmes e BNM digital.

A quantidade de guias poderá sofrer alterações, já que pretendemos dar continuidade nesse estudo e na alimentação do site, mas será preservado o fácil acesso às informações e conteúdos desenvolvidos na pesquisa.

Ainda na primeira página, procuramos fazer uma breve apresentação dos conteúdos disponíveis no site para facilitar a pesquisa tanto pelo computador, quanto pelo smartphones, objeto cada vez mais presente no cotidiano dos alunos. Conforme é possível perceber na imagem abaixo (Figura 3), procuramos ilustrar os depoimentos em pequenas quadrículas para atrair a atenção do pesquisador, clicando na imagem será direcionado a página de depoimentos em vídeo, da mesma forma ocorre com os demais conteúdos da página.

Figura 3: Apresentação do conteúdo.



Fonte: Disponível em: <<https://www.ditaduranoparana.com.br/inicio>>. Acesso em 21 ago. 2020.

Na página que consta os depoimentos (Figura 4) foram adicionados os vídeos do canal DH-PAZ da página youtube, sendo possível assistir no site. Os vídeos selecionados fazem parte dessa pesquisa como fonte principal, às escolhas já foram explicadas anteriormente nesta dissertação.

Pensando na possibilidade da utilização dos vídeos como fonte de pesquisa e ensino, foi elaborado um breve guia abaixo dos vídeos direcionando a momentos específicos nos depoimentos em que as entrevistadas abordam momentos de repressão pelo estado. Esta opção se dá pelo fato dos depoimentos serem longos, tomado ou ultrapassando em alguns casos o tempo de uma aula no ensino médio, facilitando assim, a abordagem do professor em sala de aula.

Figura 4: Depoimento das mulheres.



Fonte: Disponível em: <<https://www.ditaduranoparana.com.br/depoimentos>>. Acesso em 21 ago. 2020.

Além dos depoimentos, disponibilizaremos dicas de filmes sobre a Ditadura Militar no Brasil (figura 5), como sugestão para professores e alunos. A intenção de adicionar essa sessão é possibilitar um maior interesse sobre a temática. Espera-se que possam surgir novos estudos e problematizações sobre o assunto, contribuindo para a historiografia existente. Outro ponto a destacar, é a guia que dá acesso à

consulta ao site do BNM digital, esta por sua vez poderá ser utilizada pelo docente como fonte de pesquisa.

Figura 5: Dica de filmes.



Fonte: Disponível em: <<https://www.ditaduranoparana.com.br/filmes>>. Acesso em 21 ago. 2020.

A sugestão de filmes sobre o período é uma ferramenta adicional que servirá professores e alunos a buscarem mais informações sobre a temática, de forma diferenciada. Ressalto que a escolha dos filmes se deu apenas por retratarem o período histórico, não foram utilizados critérios mais específicos.

Com o atual cenário educacional no país, diante da pandemia, percebemos a intenção de várias secretárias de educação em implementar o sistema híbrido de ensino, como foi o caso da rede estadual do Paraná no ano de 2020, fazendo com que professores deixassem de ser protagonistas em suas disciplinas e se tornassem coadjuvantes.

Durante o decorrer do ano de 2020, foi possível perceber a falta do professor na sala de aula, enfatizando ainda mais a importância do profissional presente na escola. O uso da tecnologia não substitui com qualidade a presença do professor em sala de aula, e quando ocorre, não tem a mesma eficácia.

O uso das tecnologias vem para somar, na escola continua sendo possível o professor utilizar novos recursos, mesmo diante de um cenário, em que a educação pública se torna campo exploratório para empresários da educação. Segundo Kenski:

A escola não se acaba por conta das tecnologias. As tecnologias são oportunidades aproveitadas pela escola para impulsionar a educação, de acordo com as necessidades sociais de cada época. As tecnologias se transformam, muitas caem em desuso, e a escola permanece (...). O

professor precisa ter consciência de que sua ação profissional competente não será substituída pelas tecnologias. Elas, ao contrário, ampliam o seu campo de atuação para além da escola clássica. (KENSKI, 2012, p.101-104).

O posicionamento de Kenski é importante para ressaltar que o uso dos novos recursos depende da intermediação do protagonista principal, o professor. A luta constante do professor da rede pública em utilizar os poucos recursos que lhe são entregues, e diante da falta de investimento em novos recursos educacionais por parte do governo, faz desses profissionais verdadeiros exemplos.

Quando iniciamos a construção do site, foi analisado justamente na possibilidade de ampliar a discussão sobre a Ditadura Militar no Brasil, em específico a tortura praticada nas mulheres do Paraná. Dado a realidade dos alunos que está cursando o Ensino Médio, a possibilidade de utilizarem o site através de seus smartphones, como pesquisa de forma individual ou coletiva, surpreendendo a falta de recurso dos alunos que não possuem o aparelho.

Entretanto caberá ao professor decidir a estratégia a ser utilizada de acordo com a realidade social em que ele se encontra, visto que seu papel pedagógico é fundamental na construção do conhecimento histórico por parte dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, procuramos demonstrar parte da repressão exercida pelos militares durante a Ditadura Militar no Paraná, sendo possível perceber a gravidade da violação aos Direitos Humanos sobre as mulheres consideradas subversivas.

Ao se remeter a memória dessas mulheres insurgentes, a opção se deu ao perceber a necessidade de estudos sobre essa temática, pois embora existam várias bibliografias sobre a militância feminina durante a Ditadura Militar no Brasil, quando analisado os estudos sobre a militância feminina paranaense, não há um número grande de produções. Dessa forma, esperamos que essa dissertação venha a colaborar com os trabalhos já existentes.

Ao analisar esse período, e realizando o recorte em relação às mulheres, buscamos uma nova história política, ressaltando novas perspectivas e disputas nos discursos e no aparecimento de novos sujeitos históricos. Desse modo, conseguimos não se restringir-se apenas a documentos e fatos.

Percebemos ao realizar esse estudo em relação às mulheres, fizemos diretamente um confrontamento em relação à negação dos papéis históricos representados pelas mulheres na história do Brasil. Estudos como esse são necessários para transpor os diversos estereótipos construídos historicamente em relação às mulheres, dessa forma, possibilitando emergir novos olhares e conceitos qualitativos às mulheres que ousaram se insurgir contra a Ditadura Militar no Paraná.

Sobre as torturas praticadas nas mulheres, foi possível constatar que o aparato repressor utilizou-se de vários métodos para repreender e castigar seus algozes. Através dos depoimentos analisados, notamos que além da tortura física e psicológica, os torturadores fizeram de suas vítimas objeto de suas sevícias sexuais, ressaltamos também que, em vários momentos, essas mulheres receberam adjetivos do tipo “puta comunista”, “vadia”, entre outros. Tudo em prol de desmoralizar as militantes enquanto sujeito mulher.

No caso das militantes Clair e Clari, a violência nos porões da ditadura, foi além da tortura, ambas relataram o uso da violência sexual por parte dos militares, sendo que no caso de Clari Izabel Fávero, resultaram em um aborto os choques elétricos em seu órgão genital. E no caso de Clair, constantemente durante as sessões de tortura, os militares manipularam seu órgão genital.

Em todas as entrevistas e fala das militantes, percebemos que elas não se arrependeram de sua militância, pois sabiam que estavam do lado democrático da história, e que seus ideais não às deixaram omissas e acovardadas diante do regime golpista.

Todavia, o mestrado profissional em Ensino de História (ProfHistória) possibilita a inovação no cotidiano escolar, e, para fazer uso dessa oportunidade, desenvolvemos o site “Ditadura no Paraná”, como fonte de ensino e pesquisa para professores e alunos do ensino médio.

Ressaltamos que a presente dissertação foi desenvolvida durante a pandemia do coronavírus (covid-19). E nesse período tão conturbado, tendo a educação que se reinventar, percebemos a importância da tecnologia para diminuir a defasagem educacional no período. Guardada às devidas proporções, o uso do site “Ditadura no Paraná” e demais tecnologias existentes, devem servir no auxílio pedagógico do professor em sala.

Sendo assim, podemos entender que às mulheres paranaenses que se lançaram na militância contra a Ditadura Militar no Paraná, além de lutarem por suas convicções deixaram um legado para sociedade. Enquanto historiadores precisamos sempre ressignificar os objetos de pesquisa, dar voz as várias memórias silenciadas ao longo da história, e portanto, ao entrar na sala de aula, dar sentido ao aprendizado histórico, afim de que possamos atingir a consciência histórica de nossos alunos.

FONTES

- Ana Beatriz Fortes. **DHPAZ – Depoimentos para a história(vídeo)**. Disponível em: <<https://youtu.be/G3tNJDHVjIk?t=745>>. Acesso em: 20 jul. 2020.).
- Clair da Flora Martins. **DHPAZ – Depoimentos para a história(vídeo)**. Disponível em: <<https://youtu.be/Bx50lbZnK7w?t=501>>. Acesso em: 20 jul. 2020.).
- Clari Izabel Fávero. **Depoimento à Audiência Pública da Comissão Nacional da Verdade em Foz do Iguaçu, em 27 de junho de 2013**. Disponível em: (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. In: <<https://youtu.be/a3-vpaKAPSU?t=1364>>. Acesso em: 10 de abril de 2021).
- Elizabeth Franco Fortes. **DHPAZ – Depoimentos para a história(vídeo)**. Disponível em: <<https://youtu.be/5boaPTLoYQE?t=1612>>. Acesso em: 20 jul. 2020.).
- Elza Correia. **DHPAZ – Depoimentos para a história(vídeo)**. Disponível em: <<https://youtu.be/6j9OkCMCQ1o?t=1719>>. Acesso em: 20 jul. 2020.).
- Teresa Urban. **Comissão Nacional da Verdade em Curitiba. Depoimento de Teresa Urban**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rgXxWW_DxwU>. Acesso em: 20 de jul. de 2020.
- Zélia de Oliveira Passos. **DHPAZ – Depoimentos para a história(vídeo)**. Disponível em: (DEPOIMENTOS PARA A HISTÓRIA – DHPAZ. In: <<https://youtu.be/ci6IZvTwrtk?t=3480>>. Acesso em: 20 jul. 2020.).

PÁGINAS DA INTERNET

Figura 1: **Apresentação do projeto**. Disponível em: <<https://www.ditaduranoparana.com.br/início>>. Acesso em 21 ago. 2020.

Figura 2: **Apresentação do conteúdo**. Disponível em: <<https://www.ditaduranoparana.com.br/início>>. Acesso em 21 ago. 2020.

Figura 3: **Depoimento das mulheres**. Disponível em: <<https://www.ditaduranoparana.com.br/depoimentos>>. Acesso em 21 ago. 2020.

Figura 4: **Dica de filmes**. Disponível em: <<https://www.ditaduranoparana.com.br/filmes>>. Acesso em 21 ago. 2020.

Bolsonaro orienta quartéis a comemorar aniversário do golpe de 1964. Revista Veja São Paulo. Página da internet. <https://vejasp.abril.com.br/cidades/bolsonaro-golpe-aniversario/>. Acesso em 20 de abril de 2021.

LEI Nº 12.015, DE 7 DE AGOSTO DE 2009. “TÍTULO VI - DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL – CAPÍTULO I. DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL - Estupro - Art. 213. Constará alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso: Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12015.htm#art2>. Acesso em: 25 de abri de 2021.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Fazer defeitos nas memórias: para que servem o ensino e a escrita da história? In: GONÇALVES, Márcia de Almeida; ROCHA, Helenice; REZNIK, Luís, MONTEIRO, Ana Maria. (Org.). **Qual o valor da história hoje?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, p. 21-39.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil: (1964-1984).** Petrópolis: Vozes, 1985.
- ARNS, D. Paulo Evaristo. **Brasil: nunca mais.** Petrópolis: Vozes, 1985.
- BALESTRA, Juliana Pirola. História e ensino de história das ditaduras no Brasil e na Argentina. In: **Antíteses**, v.9, n. 18, p. 249-274, jul./dez. 2016.
- BORDIN, Laura Beal; LORIANNY, Suelen. **Sem liberdade, eu não vivo:** mulheres que não se calaram na ditadura. Curitiba: Compactos, 2013.
- BRANCA, Eloisa (org). **1º Seminário do Grupo: Tortura Nunca Mais.** Petrópolis: Vozes, 1987.
- BRASIL, Comissão Nacional da verdade. **Relatório: textos temáticos/Comissão Nacional da Verdade.** Brasília: CNV, 2014. V, 2. Disponível em:<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2020.
- BRASIL, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Educação em Direitos Humanos: Diretrizes nacionais** – Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013.
- BRUNELLO, Leandro. Operação Marumbi no Estado do Paraná. In: PRIORI, A. et al. **História do Paraná: séculos XIX e XX.** Maringá: Eduem, 2012, p. 215-234.
- _____. **Repressão política durante o regime militar no Paraná:** o caso da operação Marumbi nas terras das araucárias. Maringá: Eduem, 2009.
- CAIMI, Flávia. Fontes históricas na sala de aula: uma possibilidade de produção de conhecimento histórico escolar? In: **Anos Noventa UFRG.** v. 15, n. 28 (2008). Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/7963>>. Acesso em: 26 ago. 2020.
- CALCIOLARI, Silvia. **Ex-presos políticos e a memória social da tortura no Paraná (1964 – 1978).** Curitiba: Assembleia Legislativa do Paraná, 2006.
- COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil.** Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1997.
- Comissão Estadual da Verdade Teresa Urban** - Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná – São Paulo: TikiBooks, 2017. Vol. 1; 392 p.
- Comissão Estadual da Verdade Teresa Urban** - Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná – São Paulo: TikiBooks, 2017. Vol. 2; 432 p.
- CONRADI, Carla Cristina Nacke. “**Memórias do sótão**”: vozes de mulheres na militância política contra a ditadura no Paraná (1964-1985). Tese (Doutorado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015.

- CUNHA, Maria de Fátima da. **A face feminina da militância clandestina de esquerda- Brasil anos 1960/70.** Campinas: UNICAMP, 2002.
- _____. Mulher e Historiografia: da visibilidade à diferença. **Hist. Ensino**, Londrina, v.6, p.141-161, out. 2000.
- _____. **Eles ousaram lutar...: a esquerda e a guerrilha nos anos 60-70.** Londrina, Ed. UEL, 1998.
- DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos (1948).** Disponível em <<http://www.dudh.org.br/declaracao/>>. Acesso em: 26 ago. 2020.
- DEL PRIORE, Mary. **A mulher na história do Brasil.** 4ª. Ed. São Paulo: Contexto, 1994. – (Coleção Repensando a história).
- DOSSE, François. **A História.** Bauru: Edusc, 2004.
- FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. **Mulheres, militância e memória.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- FICO, Carlos. **O Golpe de 64:** momentos decisivos. Rio de Janeiro: FGV, 2014.
- LIMITES A CHÁVEZ. **Folha de São Paulo.** São Paulo, 17 de fevereiro de 2009. Editorial do Jornal Folha de São Paulo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1702200901.htm>>. Acesso em: 16 de jun. 2021.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir.** Petrópolis: Vozes, 1972.
- FRANÇA, Cyntia Simioni; SIMON, Cristiano Biazzo. Professores de história: o uso do computador na construção do conhecimento histórico escolar. **Revista Tempo e Argumento**, [S.I.], v. 6, n. 12, p. 186 - 211, set. 2014. ISSN 2175-1803. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180306122014186/3715>>. Acesso em: 24 ago. 2020.
- GASPARI, Élio. **A ditadura escancarada.** São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- HELLER, Milton Ivan. **Resistência democrática:** a repressão no Paraná. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Curitiba: Secretaria de Cultura do Estado do Paraná, 1988.
- HUGGINS, Martha K. **Operários da violência:** policiais torturadores e assassinos reconstruem as atrocidades brasileiras. Brasília: UNB, 2006.
- JOFFILY, Mariana. Memória, gênero e repressão política no Cone Sul (1984 -1991). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 111 - 135, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/1861>. Acesso em: 4 fev. 2021.
- _____. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS et al. (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil:** 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 158-171.
- KENSKI, Vani Moreira. Aprendizagem mediada pela tecnologia. **Revista Diálogo Educacional**, [S.I.], v. 4, n. 10, p. 47-56, jul. 2003. ISSN 1981-416X. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/6419/6323>>. Acesso em: 25 ago. 2020.
- _____. **Educação e tecnologias:** O novo ritmo da Informação. – 8ª ed. – Campinas: Papirus, 2012.

- KUBÍK, Maíra. **Da guerrilha à imprensa feminista - a construção do feminismo pós luta armada no Brasil (1975-1980), A ousadia de falar.** *Lutas Sociais*, São Paulo, 2014, p. 259-261. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/neils/revista/vol.32/maira_kubik.pdf>. Acesso em 30 jul. 2020.
- MAGALHÃES, Marcelo de Souza. História e cidadania: por que ensinar história hoje? In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Orgs.). **Ensino de história:** conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p.168-184.
- MORAES, L.E.S. O negacionismo e as disputas da memória: reflexões sobre intelectuais de extrema-direita e negação do Holocausto. In: **Encontro de História ANPUH-Rio**, 18, 2008, Rio de Janeiro: Anais do XVIII Encontro de História ANPUH-Rio, 2008.
- MARIGHELLA, Carlos. **Manual do Guerrilheiro Urbano.** Sabotagem: 1969. 2 ed.
- MOTTA, Márcia Maria Menéndez. **História e memória.** Cadernos do CEOM. Ano 16- n.17. Memória social, 1998.
- NEVES, Lucília de Almeida. **Memória, história e sujeito:** substratos da identidade. **História oral**, 3, 2000, p. 109-16.
- OLIVEIRA, Antônio Narciso Pires de; CALCIOLARI, Sílvia; SAHD, Fábio Bacila. **Depoimentos para a história:** a resistência à ditadura no Paraná. Curitiba, PR: DHPaz, 2014.
- OLIVEIRA, Susane Rodrigues de. Ensino de história das mulheres: reivindicações, currículos e potencialidades. In: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane Rodrigues de; ZANELLO, Valeska(Orgs.). **Estudos Feministas e de Gênero:** Articulações e Perspectivas. Santa Catarina: Editora Mulheres, 2014, p. 276-291.
- PADRÓS, Enrique Serra e GASPAROTTO, Alessandra. A ditadura civil-militar em sala de aula: desafios e compromissos com o resgate da história recente e da memória. In: BARROSO, Vera Lúcia; PEREIRA, Nilton Mullet; BERGAMASCHI, Maria Aparecida; GEDOZ, Sirlei; PADRÓS, Enrique Serra. (Org.). **Ensino de História - Desafios Contemporâneos.** Porto Alegre: EST, 2010, p. 183-201.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares de Educação de História para os anos finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio.** Curitiba: SEED, 2008.
- PELLEGRINO, Hélio. **A burrice do Demônio.** Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- POLLAK, Michael: Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos históricos.** Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- _____. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- PRIORI, Angelo. A Ditadura Militar e a violência contra os movimentos sociais, políticos e culturais. In. **História do Paraná:** séculos XIX e XX [online]. Maringá: Eduem, 2012, p. 199-213. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. acesso em 28 jul. 2020.
- _____. **Introdução aos estudos históricos.** Maringá: Eduem, 2010.
- Projeto Brasil: **nunca mais, tomo III: Perfil dos atingidos.**
- Projeto Brasil: **nunca mais, tomo V, vol. 1: A tortura.**

_____ : **nunca mais, tomo V, vol. 2: A tortura.**

_____ : **nunca mais, tomo V, vol. 3: A tortura.**

RAGO, Luiza Margareth. **Descobrindo historicamente o gênero.** Cadernos Pagu, 11: p.89-98, 1998.

_____. **Do cabaré ao lar:** a utopia disciplinar: Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro – Paz e Terra, 1985. (Coleção Estudos brasileiros: v.90).

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

REMOND, René (Org.). **Por uma história política.** Rio de Janeiro: FGV, 2003.

REZENDE, Maria José de. **A Ditadura Militar no Brasil:** repressão e pretensão de legitimidade- 1964-1984. Londrina: EDUEL, 2001.

RÜSEN, JÖRN. **Didática da história:** passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. Práxis educativa. v. 1, n. 2 (2006).

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História.** São Paulo: Scipione, 2004.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. A formação do professor de história e o cotidiano da sala de aula. In: BITTENCOURT, Circe. (Org.). 12. Ed. **O saber histórico na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2019, p. 54-66.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade.** Porto Alegre: n. 2, jul./dez. 1989. 109.

SILVA, Marcos. **Ensino de história e novas tecnologias.** Universidade Federal de Sergipe, 2012. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/fevereiro2012/historia_artigo_s/2silva_artigo.pdf>. Acesso em: 10 de ago. 2020

SOARES, Maria Vitoria de Mesquita Benevides. **Cidadania e Direitos Humanos.** Institutos de Estudo Avançados. São Paulo 2019.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 64.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

VÁZQUEZ, Georgiane Garabely Heil. Gênero não é ideologia: explicando os Estudos de Gênero. (Artigo) In: **Café História – história feita com cliques.** Disponível em: <<https://www.cafehistoria.com.br/explicando-estudos-de-genero/>>. Publicado em: 27 nov. 2017. Acesso: 12 de abril de 2021.

VENTURA, Zuenir. **1968. O ano que não terminou.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.